

## Prefeitos voltam a Brasília em busca de mais verbas

- Participantes argumentam que as obrigações dos municípios aumentaram
- Marcha, a 11ª a ser realizada, começa nesta terça-feira e vai até o dia 17
- Prefeitos já receberam uma boa notícia: saúde terá mais recursos da União

PÁGINAS 4 E 5



WILSON DIAS/ABR

Farmácia do posto de saúde de Nazária, no interior do Piauí: Senado aprovou projeto que regulamenta Emenda 29, garantindo mais R\$ 5,5 bilhões para saúde já neste ano

### cidadania

#### A solução para os problemas das cidades está com os moradores

Resolver os problemas das cidades brasileiras não é só tarefa de políticos. As opiniões e as soluções dos moradores fazem a diferença. Veja no *Especial Cidadania* como ajudar a melhorar a sua cidade.

PÁGINA 16

#### Investimentos do PAC podem driblar restrições eleitorais

PÁGINA 6

#### País tenta se equilibrar entre crescimento e inflação

PÁGINA 7

### e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

#### Emenda dá a aposentados mesmo reajuste do mínimo

PÁGINA 3



Com ajuda da oposição, Paulo Paim incluiu direitos iguais para os aposentados; política de reajustes volta à Câmara

MOREIRA MARIZ

#### Pedofilia: CPI quebra sigilo de pastas do Orkut

Em ação contra a pornografia infantil, a CPI da Pedofilia aprovou na semana passada a quebra de sigilo de mais de 3.200 álbuns particulares hospedados no Orkut, site de relacionamentos mantido pela empresa Google do Brasil.

PÁGINA 11

#### Dilma falará a senadores sobre obras do PAC

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, confirmou presença na Comissão de Infra-Estrutura para debater as obras do Programa de Aceleração do Crescimento. Oposição diz que pretende tratar também de suposto dossiê contra FHC.

PÁGINA 2



## PLENÁRIO

## Acre, Pará e Amazonas têm fuso horário reduzido

O fuso horário vigente no Acre e em partes do Amazonas e do Pará será reduzido em uma hora. Conforme substitutivo da Câmara ao PLS 305/07, do senador Tião Viana (PT-AC), o Acre e parte do Amazonas passarão a seguir o fuso "Greenwich menos quatro horas", ou seja, uma hora a menos que Brasília. Parte do Pará seguirá "Greenwich menos três horas".

## Regulamentado o regime de segurança máxima

O Senado aprovou projeto do Executivo que regulamenta a transferência e a inclusão de presos em estabelecimentos federais de segurança máxima. O projeto vai à sanção presidencial.

Pela proposição (PLC 9/08), podem requerer a transferência o próprio preso, o juiz ou a autoridade administrativa do presídio.

## STJ reduzirá tempo de julgamento de ações e recursos

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso de julgamento de recursos repetitivos, poderá deliberar sobre apenas alguns que representem a controvérsia, sobrestando todos os outros. É o que prevê projeto do Executivo (PLC 117/07) aprovado pelo Plenário na semana passada. O objetivo é reduzir o acúmulo de recursos e processos na corte.

## Franqueados da ECT poderão diversificar as suas atividades

As empresas franqueadas dos Correios poderão, mediante prévia autorização da ECT, desenvolver atividades preliminares ou acessórias ao serviço de postagem. O projeto de lei de conversão (PLV 5/08), aprovado pelos senadores e enviado à sanção presidencial, também prorroga para 24 meses os contratos de franquia em vencimento.

## Passa nova MP com créditos extraordinários

Medida provisória (MP 402/07) que abriu crédito extraordinário de R\$ 1,6 bilhão em favor de diversos órgãos do Poder Executivo foi aprovada no mérito na quarta-feira. No dia anterior, sob protestos da oposição, foram admitidas pelo Plenário a relevância e a urgência da medida.

## Seis MPs trancam pauta, mas três já devem ser votadas

Mais três MPs, com prazo de votação esgotado, foram lidas em Plenário na quinta-feira, ampliando o trancamento da pauta de deliberações do Senado. Outras três MPs haviam sido lidas na quarta-feira e, por acordo partidário, devem ser apreciadas nesta terça-feira.



Em votação simbólica, e por unanimidade, senadores aprovaram projeto que cria nova política de reajustes para o salário mínimo

## Aposentados poderão ter reajuste maior

Um amplo acordo entre líderes partidários permitiu a retomada de votações pelo Plenário do Senado na semana passada, com destaque para a aprovação de temas caros aos municípios – como a regulamentação da emenda que prevê mais dinheiro para a saúde e a ampliação do prazo para elaboração do Plano Diretor (veja matéria na página 4) – e aos trabalhadores – como o projeto (PLC 42/07) que garante reajustes anuais do salário mínimo até 2011, sempre pela inflação passada mais o percentual de crescimento da economia dos dois anos anteriores.

Emenda apresentada por Paulo Paim (PT-RS) que estende aos aposentados do INSS os mesmos reajustes concedidos ao salário mínimo também foi aprovada. Assim, no dia 1º de fevereiro de 2009, o salário mínimo e as aposentadorias receberão, além da inflação de 2008, um aumento de 5,4%, que foi o percentual do crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2007.

O projeto voltará ao exame dos deputados e, caso seja aprovado e receba sanção presidencial, o governo terá de conceder, retroativamente a 1º de março, aumento real aos aposentados do INSS.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) alertou para o fato de o Congresso estar aumentando despesas sem indicar a fonte do novo gasto e ponderou que, com a emenda, aumenta-se o desequilíbrio das contas da Previdência, cujo déficit anual se aproxima de R\$ 44 bilhões. Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, também fez restrições à medida.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sustentou que a oposição fazia uma homenagem a Paim. O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que os senadores estavam ouvindo o clamor dos aposentados do INSS.

## Senado aprova extinção do fator previdenciário

Projeto (PLS 296/03) de Paulo Paim que extingue o chamado fator previdenciário e modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social foi aprovado pelo Senado e vai ao exame dos deputados. De acordo com o senador, o restabelecimento dos critérios anteriores de cálculo dos benefícios evitará que o governo utilize a Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas, em prejuízo dos contribuintes e beneficiários.

Paim sustenta que, dependendo do caso, a ampliação gradativa do período básico de cálculo do benefício, com o fator previdenciário, acarreta perda tanto maior quanto maior for a ampliação.

## Modificadas datas para pagamento dos benefícios do INSS

Benefícios da Previdência Social para aqueles que têm renda mensal superior a um salário mínimo (R\$ 415) devem ser pagos entre o primeiro e o quinto dia útil, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento. Já os benefícios de até um mínimo serão pagos entre os cinco últimos dias úteis do mês de sua competência e os do mês subsequente. É o que determina projeto de lei de conversão (PLV 6/08) votado pelos senadores e enviado à sanção.

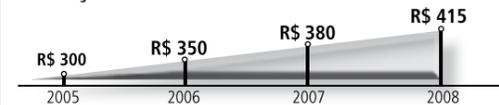
## Reajuste dos benefícios do INSS x reajuste do salário mínimo

Este ano, o governo anunciou reajuste de 5% para os benefícios da Previdência Social acima de um salário mínimo, a partir de 1º de março. O índice tem como base a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. Já o reajuste do salário mínimo, também em vigor desde 1º de março passado, foi fixado pelo governo em 9,21%. Dessa forma, os segurados que ganhavam entre R\$ 380 (salário mínimo anterior) e R\$ 395,24 até o mês passado passarão a receber o novo valor do salário mínimo, de R\$ 415, que passa a ser o piso das aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A partir desse valor, vale o reajuste de 5%.

Total de segurados pela Previdência: 25 milhões  
Com benefício acima de um salário mínimo: 8,1 milhões  
Com benefício de um salário mínimo: 16,4 milhões

Obs.: 0,6 milhão de beneficiários recebe menos um salário mínimo

## Evolução do salário mínimo



## Índices de reajuste dos benefícios do INSS e do salário mínimo nos três últimos anos

Ano	INSS (%)	SM (%)
2006	5,01%	16,67%
2007	5%	8,57%
2008	5%	9,21%

Com essa tendência, a quase totalidade dos benefícios pagos pelo INSS será de um salário mínimo por volta de 2030. Quem se aposentou em 1991 com o equivalente a dez mínimos já recebe menos de cinco mínimos hoje.

Fonte: Ministério da Previdência

## COMISSÕES

## Novos embaixadores para Egito, Guiné, Afeganistão e Tadjiquistão

Os programas sociais do governo brasileiro, como o Bolsa Família, deverão estar entre as prioridades do relacionamento do Brasil com o Egito, segundo previu César Melantônio Neto. Indicado para o cargo de embaixador no Cairo, ele teve seu nome aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE).

Outras indicações acatadas pela CRE foram a de José Fiúza Neto, para comandar a embaixada na Guiné, e do atual embaixador no Paquistão, Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, para exercer cumulativamente o cargo junto ao Afeganistão e ao Tadjiquistão.

**DIREITOS HUMANOS - 23** de abril de 2008 poderá ficar conhecido como Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela Vida da Ex-Senadora Ingrid Betancourt. O requerimento para a criação da data, aprovado pelas comissões de Direitos Humanos e de Relações Exteriores, faz parte de uma ação maior que será promovida por todos os parlamentos do mundo.

**RECONDUÇÃO -** A recondução de Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva ao Conselho Nacional do Ministério Público foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e agora será examinada pelo Plenário. Entre outras atribuições, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público exercer o controle externo das atividades do Ministério Público.

## MUNICÍPIOS Prefeitos retornam à capital para cobrar medidas a serem tomadas pelo governo e pelo Congresso



EDNILSON AGUIAR/SECOM-ANT

Atendimento à saúde: falta definição clara de responsabilidades entre União, Estados e municípios

# Municípios em nova marcha por recursos

Os municípios são os entes da Federação que registraram participação crescente na distribuição dos recursos da arrecadação tributária nas últimas duas décadas, passando de 8,6% em 1986 para 13,3% em 1988 e para 17,4% em 2006. Ganham, mas não levam.

O forte comprometimento com o ajuste fiscal e o pagamento das dívidas levou a União e os estados a abandonarem ações que tiveram de ser assumidas pelos municípios.

Essa situação está na base das reivindicações dos prefeitos que mais uma vez estarão em Brasília para cobrar a aprovação de projetos que assegurem ampliação dos

recursos para os municípios. Na XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorre de terça a quinta-feira, os prefeitos voltam a insistir em questões como o pacto federativo.

– Diante das novas atribuições assumidas, e que não são regulamentadas, os problemas acabam estourando nas mãos dos municípios – explica o professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Francisco Lopreato.

Mas o professor alerta para o fato de hoje os estados estarem passando por um esvaziamento financeiro.

– A situação crítica de muitos estados já não permite que eles consigam coordenar as ações dos

municípios. Estão perdendo esse papel – enfatiza.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, “enquanto não houver a regulamentação do artigo 23 da Constituição, definindo o que cabe a cada um e em que proporções, essa briga não terá fim”.

O parágrafo único do artigo 23 define que “leis complementares fixarão as normas para a cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”, em questões como saúde e assistência pública, meio ambiente, saneamento e habitação.

## Gastos com precatórios encabeçam lista de projetos

A lista de projetos que os prefeitos aguardam aprovação pelo Senado e pela Câmara é longa. Entre as propostas, está a de emenda à Constituição (PEC 12/06) que limita os gastos das prefeituras com os precatórios (dívidas decorrentes de sentença judicial), que há um ano já superavam os R\$ 70 bilhões.

Para o autor, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), hoje os

municípios não conseguem pagar essas dívidas, restando-lhes apenas a alternativa da intervenção do Judiciário, solução que não atende nem ao credor nem ao devedor.

A PEC cria um sistema de leilão e manda pagar do menor para o maior valor, abrindo a possibilidade de o município oferecer um deságio ao credor. União, estados e Distrito Federal tornariam dis-

poníveis recursos para aplicação no pagamento de precatórios de 3% da despesa primária líquida, e os municípios, 1,5%.

Os recursos seriam distribuídos da seguinte forma: 70% para leilões com deságios para pagamento à vista de precatórios e 30% para pagamento dos precatórios não quitados por leilão, sendo dessa forma estabelecida uma ordem decrescente de valores.

## Plenário do Senado aprova duas medidas defendidas por prefeitos

Na semana anterior à Marcha a Brasília, os prefeitos comemoraram a aprovação pelo Senado, na quarta-feira, de dois projetos: o PLP 121/07, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, fixando os percentuais mínimos a serem investidos em saúde pública pela União, Distrito Federal, estados e municípios, e o PLS 93/06, que trata dos planos diretores dos municípios.

Uma das reivindicações mais fortes dos prefeitos, o PLP 121/07, do senador Tião Viana (PT-AC), segue agora para a Câmara. Pela proposta, a União deverá aplicar o mínimo de 10% de suas receitas correntes brutas na saúde. Aos estados caberão 12% e aos municípios, 15%.

Até 2011, prazo para que todos

os entes federativos cumpram os percentuais, a saúde deverá receber R\$ 23 bilhões a mais, segundo Arthur Virgílio (PSDB-AM), sendo R\$ 5,5 bilhões já neste ano.

– Não votaríamos a proposta se não tivesse a marca da seriedade. O projeto aponta saídas para a saúde do país, com recursos que não têm nada a ver com o aumento da carga tributária – afirmou.

Para a União, o repasse será gradativo, de 0,5% a cada ano, começando com 8,5% em 2008, até alcançar os 10% em 2011.

Já o PLS 93/06, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), prorroga até 30 de junho de 2008 o prazo dado aos municípios para aprovarem seus planos diretores. Cerca de 800 municípios ainda

não concluíram esses planos, descumprindo o prazo previsto no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01). A matéria foi enviada à sanção presidencial.

### Avaliação do Fundeb na pauta da marcha

Os prefeitos querem debater entre terça e quinta-feira desta semana questões relacionadas à educação, desenvolvimento social e urbano e meio ambiente.

– Queremos avaliar esse primeiro ano do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica] e discutir o projeto que trata do piso salarial dos professores – diz o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

O PLS 7.431/06, que tramita na Câmara dos Deputados, fixa em

## Pauta de reivindicações

Algumas das matérias que os prefeitos esperam ver aprovadas

Matéria	Conteúdo	Situação
PEC 12/06	Precatórios – A PEC cria regime no qual União, estados e Distrito Federal tornariam disponíveis recursos para aplicação no pagamento de precatórios de 3% da despesa primária líquida; os municípios aplicariam 1,5% da despesa primária líquida da mesma forma.	Aguarda votação na CCJ do Senado.
PLS 121/07	Saúde – Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição, alterado pela Emenda 29, que vincula recursos federais, estaduais e municipais para a área da saúde.	Aprovado semana passada no Senado, segue agora para a Câmara.
PLS 61/02	Licitações – Altera a Lei 8.666/93, simplificando e desburocratizando o processo de licitação. A Câmara havia aprovado uma emenda que aumentava em 50% os limites nos quais mudam as modalidades de licitação. Com isso, o limite para as compras com dispensa de licitação, por exemplo, passaria de R\$ 8 mil para R\$ 12 mil.	Aguarda votação na Câmara dos Deputados.
PLS 93/06	Planos diretores – Cerca de 800 municípios no país ainda não concluíram os seus planos diretores, descumprindo o prazo previsto no Estatuto das Cidades.	Foi aprovado no Senado semana passada e agora segue para a sanção presidencial.
PEC 233/08	Reforma tributária – Atende dois grandes apelos do movimento municipalista: a partilha de todos os tributos federais e a desconstitucionalização do Valor Adicionado Fiscal (VAF) no índice de retorno do ICMS. Mas traz algumas preocupações: o possível conflito da base de cálculo do IVA-F com o ISS, a falta de partilha do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional com os municípios, especialmente da região Sul, a possível perda de R\$ 1 bi com o fim da Lei Kandir, entre outras.	Recentemente foi enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados.
PLP 12/07	Meio ambiente – Fixa normas para a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios no que se refere às competências comuns previstas nos incisos VI e VII do art. 23 da Constituição no que diz respeito a proteção ao meio ambiente.	Está na Câmara dos Deputados.
PLP 141/07	FPM – Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, para estender ao exercício de 2008 os coeficientes atribuídos em 2007.	Aguarda votação na Câmara.
PL 7.431/06	Educação – Estabelece em R\$ 950 o piso para os professores de nível médio, com carga horária de 40 horas, sendo que apenas até 2010 poderão ser contabilizadas as vantagens adquiridas pelos professores para a integralização desse valor.	Está na Câmara dos Deputados.

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios



GERALDO MAGELA

Projeto do senador Tião Viana, que ainda terá que ser votado pelos deputados, pode dar mais R\$ 23 bilhões à saúde até 2011

R\$ 950 o piso para professores de nível médio, com 40 horas semanais. A CNM quer que haja uma

complementação da União para estados e municípios que não conseguirem cumprir o piso.

**MUNICÍPIOS** Aprovada no ano passado, emenda constitucional aliviou situação precária das pequenas prefeituras

# Expectativa é conseguir mais R\$ 2 bi com novo FPM

Os municípios esperam conseguir R\$ 2 bilhões a mais este ano com a aprovação, em 2007, da Emenda Constitucional 55/07, que aumentou em um ponto percentual os recursos distribuídos pela União por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O fundo agora é composto por 23,5% da arrecadação total do governo federal com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Desde 2004, os prefeitos vinham cobrando a alteração durante a Marcha a Brasília. O aumento foi anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do encontro, no ano passado.

A vigência do novo valor desde setembro de 2007 já representou R\$ 600 milhões a mais para as cidades, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

– Mesmo com uma longa pauta de reivindicações, comemoramos ganhos das últimas marchas que ultrapassam R\$ 50 bilhões – afirma.

O fundo é uma das principais fontes de recursos para a maioria dos 5.562 municípios brasileiros. A distribuição é feita de acordo com o número de habitantes de cada cidade.

O valor do Fundo de Participação dos Municípios a ser creditado em 2007 estava estimado pela Secretaria do Tesouro Nacional em R\$ 31,1 bilhões.

## Criação do IVA Federal pode reduzir as desigualdades

A reforma tributária enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional será tema de discussão dos prefeitos com o Executivo. Apesar de não serem de imediato beneficiados com a atual proposta, futuramente os municípios podem vir a ganhar.

A PEC inclui a unificação de um conjunto de tributos indiretos incidentes no processo de produção e comercialização de bens e serviços, entre eles a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível (Cide-Combustível).

Para isso, será criado um imposto sobre operações com bens e prestações de serviços, o Imposto sobre o Valor Adicionado Federal (IVA-F).

– O governo federal não poderá mais fazer o que faz hoje: aumentar as atuais contribuições sociais e isso não entrar no sistema de partilha. Isso acaba, o que pode vir a ajudar os municípios – explica o professor Francisco Lorepreato, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp).

Para o professor, é preciso modificar o atual sistema de partilha. No caso do ICMS, por exemplo, dos 25% destinados aos municípios, 75% são distribuídos de acordo com o valor adicionado de cada um.

Dessa forma, uma cidade como Paulínia, com cerca de 60 mil habitantes e receita fiscal *per capita* alta devido a uma refinaria de petróleo lá instalada, recebe dez vezes mais que Campinas, que tem 1 milhão de habitantes.

– As destinações passarão a ser fixadas em lei complementar, o que em princípio equaliza melhor os recursos. Há uma disparidade muito grande. Tem de se nortear a partir de critérios como arrecadação, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), questão ecológica e outros – diz Lorepreato.

É necessário definir uma meta, segundo o professor, de “x” reais *per capita* e distribuir de forma que todos os municípios “recebam” esse valor.

– Isso poderia valer para o sistema de partilha como um todo – complementa.

Conforme o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, a reforma foi significativa, mas ainda há o que se conversar.

– Os municípios são os entes diretamente ligados aos cidadãos. Todas as políticas públicas passam pelas prefeituras, por isso precisamos ter uma melhor participação na partilha dos recursos – afirma.

A CNM calcula que, de 2000 a 2006, os repasses para os 60 municípios mais ricos, com PIB *per capita* superior a R\$ 40 mil, subiram 105% acima da inflação; para os municípios mais pobres, como Igarapé-Mirim (PA), com menos de R\$ 5 mil de PIB *per capita*, a expansão foi de 43%.



Prefeito de Juiz de Fora, Alberto Bejani (C), é preso por suspeita de fraude no FPM

## Polícia Federal desvenda nova fraude

A suspeita de corrupção envolvendo recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) levou a Polícia Federal a prender, na última quarta-feira, 51 pessoas em Minas Gerais, Bahia e no Distrito Federal acusadas de desviar cerca de R\$ 200 milhões dos cofres públicos nos últimos três anos.

Entre os presos estão 16 prefeitos, 14 de Minas Gerais e

dois da Bahia. A fraude envolvia prefeituras que possuem dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Seis por cento do repasse mensal do fundo estão retidos para abater o débito com a Previdência. Alguns lobistas procuraram as prefeituras para oferecer serviços jurídicos, sem licitação.

Os advogados entravam com

mandado de segurança na Justiça Federal alegando que o INSS estava retendo mais do que o percentual permitido.

Com isso, a Justiça determinava a liberação do valor excedente, que estaria sendo distribuído entre os envolvidos no suposto esquema – prefeitos, lobistas, juízes, gerente de banco, advogados e servidores públicos.

## Prefeitos cassados violaram a Lei Eleitoral

Dos 296 prefeitos eleitos para o período 2005-2008 que deixaram as prefeituras, 179 foram cassados, sendo quase a metade, 46,92%, por infração à legislação eleitoral, 15,08% por ato de improbidade administrativa e 12,84% por crime de responsabilidade, conforme levantamento da Confederação Nacional dos Municípios.

Entre os motivos que mais levaram à cassação estão tentativa de compra de votos, uso de materiais e serviços custeados pelo governo na campanha e irregularidade na propaganda eleitoral. São questões significativas, levando-se em conta que 2008 é ano de eleição de prefeitos e vereadores.

Para o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a pesquisa mostra que os prefeitos são muito mais cobrados do que os governadores, por exemplo.

– Não estamos defendendo os que cometem infração ou crime, mas os prefeitos são sempre mais penalizados. Há um controle efetivo dos promotores na ponta, mas daí para cima ninguém tem sido punido – diz.

Minas Gerais é o estado com maior número absoluto de prefeitos cassados: 21. São Paulo teve 20 e a Bahia, 17. Somente Acre

e Mato Grosso do Sul não tiveram executivos cassados.

Em Roraima, nada menos do que um terço dos prefeitos perderam seus mandatos por cassação da Justiça Eleitoral. As mudanças ocorreram em cinco dos 15 municípios: Amajari, Caracaraí, Iracema, Mucajaí e Pacaraima.

Caso inédito de cassação foi

a do prefeito de Itapeva (MG), acusado de pagar para um eleitor e toda a família não votarem. A compra do “não voto”, para o Tribunal Superior Eleitoral, também é captação ilícita de sufrágio.

A morte de prefeitos foi a segunda maior causa de troca do gestor municipal. Dos 58 mortos, 11% foram assassinados ou cometeram suicídio.

Em 2004, o número de prefeitos que podia tentar novo mandato era de 3.389. Desses, 80,3% o fizeram, mas apenas 1.544 se reelegeram. A expectativa da CNM é de que neste ano, em que 78% dos prefeitos têm direito de concorrer à reeleição, apenas 60% tentem um segundo mandato.

**Houve até caso de prefeito cassado porque pagou a eleitor para não votar**

## Nota fiscal eletrônica reduzirá sonegação

A Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, do Senado, discutiu em audiência pública a universalização do uso da nota fiscal eletrônica – sistema já adotado em 18 estados – como base para a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O novo sistema provocará o fim dos postos fiscais nas fronteiras entre os estados, conforme prognóstico do coordenador-geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, Marcelo Fish de Berredo Menezes, e do secretário-adjunto de Fazenda do estado de São Paulo, George Tormin, durante o debate.

De acordo com os expositores, os avanços proporcionados pela

nota fiscal eletrônica vão muito além dos ganhos de tempo e de recursos que as empresas e o fisco podem ter com o desaparecimento dos postos fiscais, classificados no debate como “reliquias da idade média”. Para as empresas, as grandes vantagens são a simplificação e o barateamento do custo administrativo do pagamento dos tributos. O fisco, por sua vez, é beneficiado com a redução das brechas para a sonegação.

– Quando todo mundo paga, cada um paga menos – observou o relator da subcomissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), ao avaliar os efeitos positivos, para o conjunto dos contribuintes, da redução da so-

negação por meio da nota fiscal eletrônica.

No momento, há duas bases de escrituração digital das operações de compra e venda de mercadorias, como informou o representante da Receita Federal. Uma delas foi criada pela própria Receita, a Sefaz Virtual, com a adesão de sete estados. Outra foi desenvolvida pelo Rio Grande Sul, que atende a 11 unidades da Federação.

A Receita tomou a iniciativa para atender a previsão da Emenda Constitucional 42, de 2003, que determina a atuação integrada dos fiscos do país, com a adoção de um cadastro único para todos os contribuintes pessoas físicas e jurídicas.

**ELEIÇÕES** Gasto público em ano eleitoral tem restrições, mas governo considera PAC prioritário e quer manter repasses

ROOSEVELT PINHEIRO/ABR



Comunidade de São Sebastião, em Porto Velho (RO): R\$ 600 milhões do PAC para saneamento no estado

## Investimento em obras gera disputa este ano

**A** briga entre governo e oposição sobre o aproveitamento político indevido do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem data para começar a ser resolvida: dia 5 de julho. É a partir desse dia que as chamadas “transferências voluntárias da União” para estados e municípios devem ser interrompidas, como determina a Lei Eleitoral (9.504/97). Outras restrições à ação do Executivo no período que antecede o pleito estão previstas na legislação (veja quadro).

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve se pronunciar sobre o assunto, mas, antes, o Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar a ação direta de inconstitucionalidade do PSDB e do DEM contra lei de novembro que permite ao governo driblar a proibição.

Para não interromper as obras do PAC, o presidente Lula editou

uma medida provisória (MP) para contornar a Lei 9.504. Pela MP, convertida na Lei 11.578 em novembro, o que é hoje considerado repasse voluntário, com restrições da legislação eleitoral, passou a ser tratado como obrigatório para projetos prioritários.

No mês seguinte, Lula, em dois decretos, listou 1.771 obras de quatro pastas (Cidades, Saúde, Integração Nacional e Transportes) que vão ganhar verbas mesmo em período eleitoral. A relação é encabeçada por obras de saneamento, urbanização de favelas e construção de moradias para a população de baixa renda, também atendida por programas de apelo eleitoral, como o Bolsa Família.

O assunto, na definição do novo presidente do TSE, Carlos Ayres Britto, é no mínimo “delicado”. De um lado, afirmou, é preciso lembrar que ocorrem eleições de

dois em dois anos. Por outro lado, Ayres Britto diz que é preciso levar em conta a necessária “paridade de armas no processo eleitoral” e como as obras poderão influenciar o “juízo subjetivo do eleitor”.

Já o ex-presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, dera declarações, recebidas com irritação pelo presidente Lula, ressaltando que ações do governo – como o programa Territórios da Cidadania (que vai distribuir R\$ 11,3 bilhões para municípios) – poderiam ser questionadas com base na proibição de criação de benefícios em anos eleitorais, para evitar desequilíbrio nas eleições.

A Folha de S. Paulo publicou reportagem revelando que o ministro das Cidades, Márcio Fortes, teria discutido o uso das obras do PAC para beneficiar eleitoralmente o PP, da base aliada, durante reunião com deputados.

## Governo quer programa sem interrupções

Em artigo destinado a impedir “condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos”, a Lei Eleitoral proíbe a transferência voluntária de verbas da União nos três meses que antecedem o pleito. Além de repasses determinados pela Constituição ou por leis específicas, só ficam autorizados nesse período pagamentos de obras ou serviços em andamento e destinados a aten-

der situações de emergência.

O governo, antevendo dificuldades para implementar o PAC, editou, no final de agosto de 2007, medida provisória que fazia as ações do PAC prioritárias e, por isso, dispensadas de cumprir a restrição definida em lei.

A Lei Eleitoral não foi mencionada. A justificativa apresentada era garantir “o adequado grau de priorização” das obras, sobretudo em habitação e saneamento.

Nenhuma menção às eleições na MP assinada por três ministros: Guido Mantega (Fazenda), Paulo Bernardo (Planejamento) e Dilma Rousseff (Casa Civil).

Os desdobramentos da mudança não passaram em branco pela oposição. Antes mesmo de a MP ser votada pelo Congresso, o PSDB e o DEM recorreram ao STF, questionando a constitucionalidade sob o argumento de infringir a Lei Eleitoral.

## DEM acusa governo de abuso de poder político

A vinculação do nome da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao maior programa de obras do governo e a sua presença nas viagens feitas pelo presidente Lula levaram o DEM a formalizar denúncia ao TSE contra Lula por abuso de poder político.

Segundo o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), Lula tem feito discursos eleitorais, com ataques à oposição e elogios a quem chama de “mãe do PAC” e sua preferida para a sucessão.

O DEM pediu, na ação, que Lula seja proibido de fazer o lançamento de obras fora de Brasília

Lula rebateu, garantindo que não está tirando proveito político do PAC porque não está disputando eleições para presidente.

– O que tenho são muitos investimentos do governo – afirmou.

O presidente do DEM, ecoando o sentimento da oposição no Congresso, discorda.

– Ele pode não estar fazendo campanha para si, mas está fazendo para seus aliados. Todos os discursos são focados na campanha de 2008 e de 2010. Não é em evento pago com recursos públicos que se vai tratar disso – disse Rodrigo Maia.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também critica o uso político do PAC, mas enfatiza o fato de

que os investimentos “são insignificantes diante das necessidades do país”. De acordo com o senador, o governo não foi capaz de repassar a maior parte dos recursos reservados ao PAC em 2007: de um total de R\$ 16,5 bilhões previstos, foram efetivamente desembolsados R\$ 4,5 bilhões.

– O PAC é uma peça de marketing. O programa é apenas a soma dos investimentos sempre previstos no Orçamento – criticou.

Mão Santa (PMDB-PI) enumera as obras prometidas por Lula para seu estado que seguem inacabadas, como o Porto de Luiz Correia e a Estrada de Ferro Central.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) critica o PAC por prever poucos investimentos em ciência e tecnologia.



Para Mão Santa, PAC tem mais conteúdo publicitário que gastos efetivos em obras

## TCU vê pouco efeito do PAC sobre andamento das obras

As equipes de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) constataram que o PAC tem uma pequena efetividade na execução orçamentária e financeira ou no aumento de crédito para obras.

“Das 119 fiscalizações realizadas em obras e serviços classificados como pertencentes ao PAC, o programa teve efeito direto no andamento de 19% deles. Em 32%, o PAC não pode ser considerado fator relevante. Em 20% das obras, não foi possível determinar o impacto do PAC. Contudo, 29% das fiscalizações de obras e serviços do PAC não foram examinados sob esse prisma”, informa relatório do TCU.

O documento contradiz avaliações da Casa Civil, segundo as quais 80% do cronograma do PAC estão em dia.

“A informação de que 80% das ações estão dentro do cronogra-

ma e sem riscos administrados causa certo espanto, diante da baixa execução orçamentária”, afirma o relatório do TCU assinado pelo ministro Benjamim Zymler.

Segundo o tribunal, nos dez primeiros meses de 2007, apenas 12% das dotações previstas para o ano haviam sido pagas. Esse padrão de execução não destoa da média global do governo, cujos contingenciamentos de verbas têm sido frequentes: apenas 25% das despesas previstas são executadas, segundo o TCU.

No relatório, o presidente do TCU, ministro Walton Alencar Rodrigues, informa que foram fiscalizadas 235 obras públicas, envolvendo R\$ 23,9 bilhões. Segundo o tribunal, as irregularidades constatadas, quando resolvidas, vão permitir uma economia de R\$ 950 milhões.

## PAC prevê mais de meio trilhão de reais em investimentos até 2010

Moeda eleitoral ou não, depois de sofrer com a morosidade na liberação de recursos, o PAC dá sinais de que, enfim, decidiu acelerar o ritmo de seu próprio crescimento. Dados divulgados pelo site Contas Abertas informam que o programa aplicou, até o fim de março, R\$ 1,4 bilhão, aí incluído o pagamento de despesas efetuadas em 2007 mas só pagas agora, conhecidas como “restos a pagar”.

Foi graças a eles, por exemplo, que o governo contornou a tardia votação do Orçamento de 2008 pelo Congresso, finalizada em março. Comparado com o primeiro trimestre de 2007, o PAC já dobrou o valor de seus gastos. Apesar de o programa ter sido

lançado no fim de janeiro de 2007, algumas obras já estavam sendo tocadas desde 2006 e fecharam o primeiro trimestre com R\$ 647,7 milhões aplicados – apenas 46% do total já aplicado em 2008.

As obras do PAC representam 40% dos investimentos da União em 2008. O programa promete aplicar, até 2010, cerca de R\$ 504 bilhões em transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Os investimentos (veja quadro) estão organizados em três eixos: infra-estrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); infra-estrutura energética e infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, metrô, trens urbanos e recursos hídricos).

Estão incluídas a construção, adequação, duplicação e recuperação de 45 mil quilômetros de estradas e de 2.518 quilômetros de ferrovias; ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos; geração de mais de

12.386 MW de energia elétrica; instalação de quatro unidades de refinarias ou petroquímicas; construção de 4.526 km de gasodutos e instalação de 46 usinas de produção de biodiesel e 77 de etanol.

### Os maiores orçamentos do PAC em 2008

(em R\$ milhões)

Órgão	Dotação	Total pago
Transportes	8.418,4	779,5
Cidades	3.293,1	258
Integração Nacional	2.832,2	226,1
Defesa	985	71
Saúde	750,5	24,5

Fonte: Sifia/Site Contas Abertas. Dados atualizados até 31 de março de 2008.



**CRESCIMENTO** Presidente do BC só fala aos senadores depois da reunião do Copom, que deve aumentar taxa Selic

# CAE ouve Meirelles: juro sob pressão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcou para 29 de abril a reunião com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para debater a política monetária. O encontro deveria ter ocorrido semana passada, mas foi adiado por causa da proximidade com a reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom), que define a taxa básica de juros do país, agendada para esta quarta-feira.

Em seus depoimentos trimestrais na CAE, Meirelles fala sobre a definição dos juros como forma de controlar o consumo e, conseqüentemente, a inflação. Ao fazer isso, pode dar pistas sobre as próximas decisões do órgão. Também costuma sofrer críticas de senadores contrários à política monetária adotada pelo banco.

O mercado financeiro acredita que, depois de quase três anos de reduções ou manutenções na taxa básica Selic, o Copom voltará a aumentar os juros, que estão em 11,25% ao ano. E o próprio BC já

sinalizou, em seu último relatório de inflação, que um aumento de juros pode estar próximo.

– O BC, que espera a inflação divergir muito em relação à meta para atuar, em geral acaba tendo que atuar de forma muito intensa, por muito tempo – avaliou o diretor de Política Econômica do Banco Central, Mário Mesquita.

A definição dos juros tem por base o sistema de metas de inflação. Para este ano, e para 2009, a meta central é de 4,5% de inflação, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE. Há tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo, entre 2,5% e 6,5%. Para conter a inflação, o BC sobe os juros. Por outro lado, quando julga que a inflação está compatível com as metas, pode baixá-los.

Na quarta-feira passada, o IBGE divulgou um aumento de preços de 4,73% nos últimos 12 meses, portanto acima dos 4,5%, mas dentro da margem. Mas a preocupação da instituição é que a demanda vem

crescendo muito, o que causa temor de crescimento da inflação.

Mas aumentos de juros são desgastantes para o governo. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), por exemplo, disse que uma medida dessa natureza deve ser considerada com cautela. Isso porque o governo dos Estados Unidos, às voltas com uma crise financeira, já reduziu muito os juros de lá de forma a aquecer a economia. O efeito colateral é que isso torna aquele mercado menos atraente para investidores financeiros.

Se o Brasil aumentar os juros, o país vai atrair quem antes investia no mercado financeiro americano. E a entrada de investimentos no



Comércio de eletroeletrônicos em Brasília: Banco Central se revela preocupado com desequilíbrio entre oferta e procura, e a decorrente elevação dos preços

mercado local valorizaria ainda mais o real em relação ao dólar. Um real valorizado torna os produtos brasileiros caros no exterior, prejudicando as já combalidas exportações, segundo Mercadante.

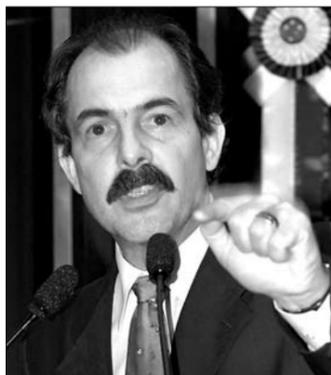
De acordo com o presidente

Lula, o problema da inflação pode ser resolvido com uma maior produção de alimentos no mundo.

– No caso do Brasil, vamos resolver esse problema com muita facilidade porque temos 400 milhões de terras agricultáveis.



Arthur Virgílio (E) criticou Mercadante e o PT por terem, segundo ele, combatido a mesma política econômica que hoje defendem



## Oposição alerta para o risco de volta da inflação

Se, por um lado, o governo exalta os bons resultados da economia, por outro, a oposição chama a atenção para a volta de flagelos que já assolaram o país, como a inflação.

– Não devemos permitir que, por falta de medidas consistentes, o Brasil volte a apresentar índices inflacionários que coloquem em risco o desenvolvimento – afirmou Papaléo Paes (PSDB-AP), para quem o governo atual nada fez além de dar continuidade ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Já o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, atacou o colega Aloizio Mercadante (PT-SP), que, segundo ele, se converteu à política econômica do governo, a mesma que combatia no governo anterior a ponto de dizer ter um “plano B”.

Em artigo na *Folha de S. Paulo*, Virgílio disse que Mercadante e o PT condenaram o Plano Real. “Portanto, foram contra a estabilização da moeda e o estancamento da inflação que corroía os salários. Contra as privatizações, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Fundef, enfim, tudo o que punha ordem na economia, nas finanças e na administração do país. (...) Agora vem Mercadante, de ban-

deira branca, saudando o êxito da política que condenara”.

Virgílio apontou que as dificuldades do governo anterior em seu último ano se deveram às posições do PT. Tais posições teriam feito a cotação do dólar disparar, os investimentos escassearem e a inflação ameaçar sair dos trilhos. Segundo o senador tucano, quando Lula colocou Henrique Meirelles no Banco Central, garantindo que não haveria retrocesso nas conquistas de governos anteriores, o panorama econômico se acalmou.

“Lula recebeu um país organizado, com as dívidas dos estados sob o controle da União; a dívida externa equacionada; uma máquina estatal mais leve e ágil, graças à privatização. E se beneficiou da conjuntura internacional”, destacou Virgílio.

O governo Lula, frisou, não avançou na modernização do Estado. “Não fez as tão necessárias reformas tributária e política; pôs de joelhos as agências reguladoras e as politizou; inflou e aparelhou o governo, com 38 ministros e 20 mil cargos comissionados; e tirou o foco dos programas sociais da gestão anterior”, disse.

## América Latina só teme inflação e EUA

A América Latina exhibe hoje sua melhor forma econômica desde a década de 60, conforme a revista inglesa *The Economist*. As economias dos países vêm crescendo, em média, acima de 5% desde 2004. As taxas de inflação, com algumas exceções, são baixas. Investimentos diretos são injetados em doses recorde. E a região apresenta superávits fiscais e em conta corrente.

A crise que eclodiu no mercado americano no ano passado – e continua a reverberar mundo afora – tem afetado pouco a América Latina. Na verdade, com os preços das commodities exportadas pelos latino-americanos em alta, o ritmo de crescimento acelera-se na região. Some-se a isso o fato de que os mercados financeiros locais estão fervilhando com investidores em busca de lucros maiores depois que os juros foram cortados nos EUA.

Mas, se uma tempestade na maior economia do mundo costuma respingar para todo lado, por que não na América Latina? Os especialistas calculam que uma recessão nos Estados Unidos, seguida de desaquecimento na economia mundial, reduziria o crescimento latino-americano para 4,5%.

Além disso, alimentos e energia com preços em alta no mer-

cado internacional sinalizam que a inflação ameaça decolar. Trata-se de um teste para as políticas econômicas, que unem metas de inflação e taxas de câmbio flutuantes e têm sido a base da estabilidade de muitos países. Os bancos centrais do Chile e da Colômbia, por exemplo, não têm conseguido manter as metas de inflação. No Brasil, há a expectativa de que o Banco Central aumente a taxa básica nesta semana.

Mas deve-se lembrar a grande heterogeneidade entre os países da região. Depois das dificuldades enfrentadas no começo da década, as autoridades da Argentina, por exemplo, decidiram manter o peso fraco. Funcionou: a moeda local desvalorizada barateou os produtos argentinos, o que ressuscitou a indústria local. Mas a demanda acabou ficando maior que a oferta, fazendo a

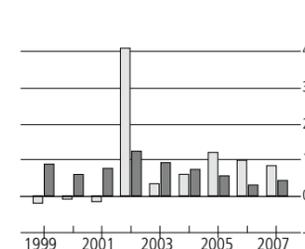
inflação atingir 20% ao ano.

Em contraste, o objetivo do BC brasileiro é atingir uma meta de inflação, em vez de se concentrar na taxa de câmbio. A causa da valorização do real é o alto preço das commodities. A despeito disso, o BC tem mantido a taxa de juros em 11,25% desde setembro de 2007. O que, diga-se, não foi capaz de frear o consumo.

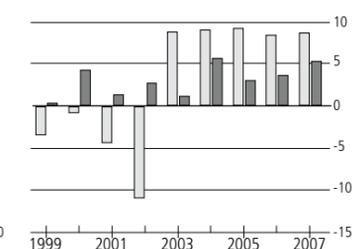
No fim das contas, dizem os especialistas, com inflação sob controle, o Brasil está mais bem preparado para enfrentar solavancos na economia mundial. Isso porque, em termos reais (descontada a inflação), a taxa de crescimento começa a alcançar a da Argentina (5,4% versus 8,7% em 2007). Além disso, o Brasil pode cortar juros ou aumentar os gastos públicos se a economia desaquecer. A Argentina não teria tanta margem de manobra.

### Em busca do crescimento

**Inflação**  
% mudança em relação ao ano anterior



**PIB**  
% mudança em relação ao ano anterior



## LDO chega em meio a clima pré-eleitoral

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 chega esta semana ao Congresso em pleno clima pré-eleitoral que já atravança os trabalhos do Congresso e em meio a uma conjuntura internacional adversa, provocada pela crise financeira nos Estados Unidos.

Relatora da LDO, Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que sua meta é votar o projeto na Comis-

são Mista de Orçamento (CMO) até 30 de junho, para escapar do calendário eleitoral, que deslança a partir de julho. Caso não seja votada a LDO, o Congresso não pode entrar em recesso em 15 de julho.

Segundo Serys, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, comparecerá à CMO em 23 de abril para debater a LDO. Ela propõe a realização de reuniões nas

cinco regiões do país e pretende dar atenção especial às políticas direcionadas às mulheres.

O consultor de orçamento Fernando Veiga disse que o projeto deve supor um cenário otimista, com previsão de crescimento de 5% até 2010. Mas, segundo ele, a economia local tem vulnerabilidades, como juros altos e aumento do endividamento interno para comprar moeda estrangeira.

**EDUCAÇÃO** Em dez anos, Exame Nacional do Ensino Médio tem cada vez mais inscritos e revela diferenças entre escolas



Alunos fazem provas do Enem no Distrito Federal: apenas duas instituições públicas estão na lista das melhores escolas do país

## Enem revela descompasso entre escola e sociedade

A política de criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua consolidação ocorreram em meio a um grande crescimento das matrículas nesse nível de escolarização. Mas de acordo com o consultor legislativo João Antonio Monlevade, doutor em Educação pela Unicamp, o ambiente liberalizante do governo de Fernando Henrique Cardoso induziu a uma educação em que o Estado não buscava assegurar maior qualidade do ensino.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, “não prioriza objetivos conteudísticos”, continua Monlevade, mas os jovens se deparam com a exigência de conteúdo em concursos públicos e vestibulares quando buscam melhores empregos e salários.

O resultado desse descompasso é revelado “de forma óbvia” nas notas do Enem, em que se destacam as escolas privadas, que não só priorizam o ensino de

conteúdo, como também investem no compromisso de trabalho dos professores.

O especialista lembra que, em 1993, o número de jovens que concluiu o ensino médio no Brasil foi 615 mil – 315 mil em escola privada e 300 mil em escola pública. Em 2005, foram 3 milhões de concluintes, mantido o mesmo número para a rede particular e com uma explosão de egressos da escola pública.

O fenômeno quantitativo, impulsionado por um sistema de avaliação menos rígido do ensino fundamental – anteriormente seletivo e reprobatório –, não foi acompanhado, no entanto, por investimentos em componentes concretos da qualidade da educação, avalia Monlevade. Ele adverte que, na maioria dos estados, o governo gasta menos com o ensino médio do que com o fundamental. Outro alerta é em relação ao baixo investimento na educação, de apenas 3,9% do produto interno bruto (PIB).

### Veja como funciona o sistema de avaliação em outros países

#### Inglaterra

Dos 14 aos 16 anos, os alunos da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte que estão no segundo estágio do período considerado como educação secundária – que vai dos 11 aos 16 anos –, estudam para obter o Certificado Geral de Educação Secundária (GCSE, na sigla em inglês), através de um exame público.

#### Estados Unidos

Preparados por instituições privadas, são dois os exames básicos – Scholastic Assessment Test (SAT) Reasoning Test e o ACT – a que os estudantes se submetem enquanto freqüentam o ensino médio e que servem de

parâmetro para a seleção das universidades.

#### Alemanha

No final da escola básica, equivalente ao ensino médio, os estudantes da Alemanha passam por uma prova única (aplicada em todas as escolas), o Abitur. Com essas notas, os estudantes podem concorrer às vagas oferecidas pelas universidades.

#### França

Na França, o fim do ensino médio ocorre com o baccalauréat, uma prova longa e complexa realizada nas escolas que cobre todas as matérias e habilita o aluno a se matricular na universidade.

### Particulares no topo e interesse em bolsas

Dez anos após sua instituição, o Enem, criado para avaliar a qualidade do ensino médio no país, vem aumentando o número de inscritos a cada edição e evidenciando resultados diferentes para alunos das redes privada e pública. No início deste mês, o Ministério da Educação divulgou a lista das escolas que tiveram o melhor desempenho no Enem, em 2007. Apenas duas instituições públicas, em 7º e 9º lugares, fazem parte do ranking.

O 1º colocado foi o Colégio de São Bento, no Rio de Janeiro, com 82,96 pontos. A nota inclui a prova objetiva – 63 questões de múltipla escolha –, redação e uma correção de participação, que simula estatisticamente a nota obtida pela escola caso todos os seus alunos tivessem participado do Enem.

O 1º lugar de 2006, Instituto Dom Barreto, de Teresina, caiu

para a 11ª posição, mas segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pelo exame, o Enem de 2007 apresentou médias nacionais mais altas não só em relação ao ano anterior, mas desde 2000. Em 2006, o Instituto Dom Barreto foi o que obteve a melhor classificação, com 74,71 pontos.

Segundo o Inep, o Enem teve apenas 157.221 inscritos em 1998, ano de sua primeira edição. Em 2001, quando a prova passou a ser gratuita para alunos de escolas públicas, houve 1,6 milhão de inscritos. A criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005, elevou o número para 3 milhões de estudantes. Para concorrer a uma bolsa do programa, o estudante precisa obter nota mínima de 45 pontos no Enem. Em 2007, foram mais de 3,5 milhões de inscritos.

### O exemplo da valorização do professor

De um lado, mensalidades de R\$ 450 para 2 mil alunos em um dos estados mais pobres do país. De outro, parcelas mensais a partir de R\$ 1.500 para 850 estudantes da unidade mais rica da Federação. Em comum, o excelente desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a valorização dos professores. Os exemplos do Instituto Dom Barreto, de Teresina (PI), e do Colégio Vértice, de São Paulo (SP), foram analisados na terça-feira em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O primeiro lugar obtido pelo colégio piauiense no Enem de 2006 atraiu a Teresina diretores de escolas de diversos estados do país, segundo a diretora do Instituto Dom Barreto, Stella Rangel. A prioridade da escola, segundo informou aos visitantes, é a formação continuada do professor.

– A nossa grande contribuição à educação do Piauí é a valorização do professor – disse. A diretora do Colégio Vértice, terceiro colocado no Enem de 2007, Walkíria Aparecida Ribeiro, também frisou a dedicação integral de todos os seus professores e a ênfase na sua capacitação. Assim como na escola piauiense, todos os professores do colégio paulista têm educação superior e especialização. Entre outras características do colégio, que obteve o segundo lugar no Enem em 2006, ela mencionou o estímulo à leitura. Todos os alunos devem ir à biblioteca uma vez por semana para pegar o livro que escolherem. O presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), relatou sua visita ao Instituto Dom Barreto, ressaltando que ficou bastante impressionado com algumas características da escola, como a adoção do tempo integral para os alunos, a disciplina e o envolvimento das famílias. Os exemplos das duas instituições, em especial no que se refere à valorização do professor, podem estimular outras escolas em todo o Brasil a seguir o mesmo caminho, avaliou a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

#### As dez escolas com melhor desempenho no Enem 2007

Escola	Cidade	Rede	Média*
1. Colégio de São Bento	Rio de Janeiro (RJ)	Particular	82,96
2. Colégio Santo Agostinho	Rio de Janeiro (RJ)	Particular	82,04
3. Colégio Vértice	São Paulo (SP)	Particular	81,67
4. Colégio Helyos	Feira de Santana (BA)	Particular	80,29
5. Colégio Santo Inácio	Rio de Janeiro (RJ)	Particular	79,68
6. Moderna Organização	Rio de Janeiro (RJ)	Particular	79,66
7. Colégio de Aplicação da UFRJ	Rio de Janeiro (RJ)	Federal	79,63
8. Colégio Bionatus	Campo Grande (MS)	Particular	79,40
9. Coluni Colégio de Aplicação da UFV	Viçosa (MG)	Federal	79,30
10. Colégio Santo Agostinho – NL	Rio de Janeiro (RJ)	Particular	79,20

Fonte: G1

\*Média total da prova objetiva e redação com correção de participação

#### Médias gerais das provas do Enem

Ano	Objetiva	Redação
2007	51,52	55,99
2006	36,90	52,08
2005	39,41	55,96
2004	45,58	48,95
2003	49,55	55,36
2002	34,13	54,31
2001	40,56	52,58
2000	51,85	60,87
1999	51,93	50,37
1998	40,00	46,00

– Do total da população na faixa etária entre 15 e 19 anos (18 milhões), 45% (cerca de 4 milhões de jovens) estão matriculados no ensino médio. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) de 2005, do IBGE.

– Segundo o Ministério da Educação, em 2006, 2 milhões de alunos concluíram o ensino médio.

Fonte: Portal UOL Educação

## COMISSÕES

## Inventor do biodiesel defende diversificação

Em audiência pública na Subcomissão Permanente dos Bio-combustíveis, na última quarta-feira, o inventor do processo de produção industrial do biodiesel, o engenheiro químico cearense Expedito Parente, defendeu a diversificação das matérias-primas para a obtenção desse combustível. O cientista lamentou que haja um predomínio do uso da soja em relação a outras matérias-primas como dendê e mamona. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O chefe-adjunto de Comunicação e Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), José Eurípedes da Silva, disse que a soja é de

fato a matéria-prima produzida em maior escala e que está disponível com facilidade para os produtores de biodiesel.

Enquanto são produzidos 56 milhões de toneladas de soja por ano, a produção de dendê é de apenas 151 mil toneladas, informou Silva.

O senador João Tenório (PSDB-AL) lembrou que recentemente participou da Conferência Internacional de Energia Renovável de Washington (Wirec 2008) com 8.500 integrantes, entre empresários, cientistas e autoridades de 85 países.

Tenório comentou que nessa conferência pôde constatar que o mundo inteiro está discutindo, incentivando, pesquisando e produzindo energias renováveis.

### Técnicos alertam para fragilidade na gestão hídrica

As mudanças climáticas exigem o fortalecimento do sistema nacional de gestão de recursos hídricos nos planos nacional e estadual, de acordo com o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, que participou de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O vice-presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, apontou que, apesar de o Brasil dispor de uma política nacional, vários estados ainda carecem de instituições e de uma política de gestão no setor.

### Espera por autorização de patenteamento

Quatro professores e pesquisadores concordaram com a aprovação do patenteamento e da comercialização de plantas destinadas à produção de substâncias para uso terapêutico ou industrial, como hormônios e vacinas para pessoas ou animais. A iniciativa consta de projeto de lei da Câmara (PLC 268/07) apresentado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO) quando ainda era deputada federal. Arquivada por não ter sido votada a tempo, a proposta foi reapresentada pelo deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR).

**ROTEIRO** - A Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, presidida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), aprovou plano inicial de trabalho que prevê audiências públicas e viagens pelo Norte do país. O relator, Expedito Júnior (PR-RO), propôs parceria com a comissão externa criada recentemente pelo Senado para acompanhar a operação Arco de Fogo, da Polícia Federal, dedicada ao combate da exploração ilegal de madeira nos municípios que exibiram os maiores índices de desmatamento na Amazônia em 2007. A primeira viagem será ao Pará.

**ELEITO** - A comissão temporária externa que vai verificar *in loco* o risco ambiental em que vivem os 31 municípios da Amazônia, apontados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) como os maiores desmatadores de florestas no final de 2007, foi instalada quinta-feira e elegeu como presidente Jayme Campos (DEM-MT). João Pedro (PT-AM) será o vice e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o relator.

**MUDANÇAS** - A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas aprovou requerimento para a realização de ciclo de debates sobre o continente antártico e sua influência nas mudanças climáticas globais. O objetivo é permitir à comissão acompanhar e discutir a política de ocupação daquele continente pelo Brasil, consubstanciada no Programa Antártico Brasileiro (Proantar), acompanhado de perto pelos senadores.



Serys (3ª à esq.) preside reunião que discutiu também tráfico de pessoas e violência doméstica

## Senado vê situação de mulheres presas

A situação das mulheres encarceradas no país foi discutida pela primeira vez no Senado, segundo a juíza Kenarik Boujikian Felipe, da 16ª Vara Criminal de São Paulo, especialista na área. Ela participou de audiência da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, na última quarta-feira, que tratou de três temas polêmicos na área de direitos humanos: mulheres encarceradas, tráfico de pessoas e violência doméstica.

No debate coordenado por Serys Shhessarenko (PT-MT), vice-presidente da subcomissão, as seis palestrantes traçaram o perfil, o quadro de abandono da

população carcerária feminina (apenas 3,18% do total de 422.590 presos do país, segundo dados do Ministério da Justiça) que devem ser adotadas.

A representante do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Ana Cristina Alencar, anunciou a instalação de dez novos presídios femininos no país, dentro do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas). As ações são uma resposta ao caso de Abaetetuba (PA), onde uma menina foi presa e estuprada em cela masculina, e às denúncias, especialmente da Pastoral Carcerária da CNBB, de que há cadeias mistas em seis

estados: Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Pará. O caso mais recente, segundo Heidi Cernaka, da CNBB, ocorreu em Minas, onde uma jovem de 16 anos, presa em cadeia mista, engravidou.

Embora o contingente seja pequeno – cerca de 5% do total de encarcerados, na média mundial –, “o número de presas vem crescendo em velocidade maior do que o de homens encarcerados”, alertou a socióloga Julita Lemgruber, ex-diretora do sistema penitenciário carioca. Ela disse que a situação delas pouco mudou nesse período, mesmo após duas CPIs na Câmara dos Deputados.

### Espanha garante melhor tratamento

A legislação espanhola conseguiu assegurar avanços para as mulheres presas. A Lei Orgânica Geral Penitenciária estabelece, entre outros dispositivos, que as encarceradas possam usufruir da companhia dos filhos até os três anos de idade, em unidades que tenham creches, separadas arquitetonicamente das demais áreas do presídio, conforme informações de uma juíza espanhola, transmitidas à subcomissão pela subprocuradora-geral dos Direitos do Cidadão, Ela Wiecko.

Há autorização de convênios com entidades públicas e privadas para melhorar o desenvolvimento das relações entre mães e filhos. E as que não cometeram crimes graves podem pernoitar em casa para manter o contato com a família. Há exigência de instalações obstétricas nas penitenciárias femininas e benefícios para as parturientes – como a suspensão dos trabalhos por 16 semanas.

### Maria da Penha não funciona em aldeias

Apesar das diferenças culturais, a situação da mulher indígena é a mesma das outras mulheres quando o assunto é violência doméstica. No carnaval deste ano, em uma das aldeias macuxis, em Roraima, o marido decepcionou a esposa. Mesmo assim, ela se negou a denunciá-lo, apesar da insistência de outras mulheres. “Ele ameaçou matar os parentes dela”, relatou a coordenadora da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima, a líder macuxi Iranilde Barbosa dos Santos, à Subcomissão em Defesa da Mulher.

Ela explicou que, apesar dos seminários contra a violência doméstica e, mais recentemente, dos esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha, a falta de delegacias especializadas e casas de abrigo nas comunidades inviabiliza a aplicação da lei. As punições são decididas pelos líderes das aldeias.

### Índios querem regulamentação de seus direitos

A regulamentação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pelo órgão em 2007, foi solicitada pelo presidente do Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal, Mariano Marcos Terena, em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Já o representante do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Carlos Eduardo da Cunha Oliveira, afirmou que o trabalho em relação aos direitos indígenas não se conclui com a regulamentação do documento.

O representante do Ministério da Defesa, coronel do Exército Marinho Pereira Rezende Filho, declarou que as Forças Armadas têm envidado todos os esforços para atender às reivindicações dos índios.

## Especialistas divergem sobre mudanças nos portos secos

O regime jurídico dos chamados portos secos – zonas aduaneiras instaladas próximo às regiões produtoras para facilitar os processos logísticos de exportação – é motivo de divergências entre especialistas na área que participaram de debate na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre nova legislação aduaneira.

Na avaliação da secretária-adjunta da Receita Federal do Brasil, Clecy Maria Bu-

sato Lionço, a atual legislação, por tratar a atividade aduaneira como serviço público, prejudica o setor exportador brasileiro, além de criar um ambiente de instabilidade jurídica que abre brechas para uma série de questionamentos judiciais. Segundo ela, a atividade aduaneira teria natureza de setor privado, por isso o governo buscou um regime mais adequado.

Já para César Augusto Pereira, da Asso-

ciação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegários (Abtra), as mudanças sugeridas, ao substituírem os portos secos pelos centros logísticos industriais aduaneiros (Clas), representam uma verdadeira privatização do setor portuário brasileiro.

A secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Lytha Battiston Spindola, defende as mudanças por conferirem competitividade e dinâmica ao

sistema. Ela destacou os prejuízos que as carências logísticas do país representam para os exportadores nacionais.

O projeto (PLS 327/06) em exame na CI muda o regime jurídico dos portos secos. Hoje, as operações de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, assim como a prestação de serviços, sujeitam-se ao regime de concessão ou de permissão.

**INVESTIGAÇÃO** Enquanto CPI mista tomava primeiros depoimentos, Senado criou outra CPI para investigar cartões



Reunião da CPI ouviu o general Jorge Félix (E), um dos três a defender sigilo de gastos da Presidência

## Investigação limitada pode pôr fim a CPI

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), presidente da CPI Mista dos Cartões Corporativos, disse que, caso na reunião desta terça-feira, for mantida a estratégia de derrubar a maioria dos requerimentos de convocação de autoridades, ela poderá apenas definir um prazo para o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) apresentar o seu relatório.

A necessidade de sigilo de gastos da Presidência foi justificada na semana passada pelo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institu-

cional, general Jorge Armando Félix, e pelo ex-ministro, general Alberto Cardoso. Segundo eles, a medida é necessária para garantir a segurança do presidente.

– Mas sigilo não significa inexistência de controle sobre esses gastos – assegurou Lacerda.

Já o ministro Jorge Félix garantiu que o processo de fiscalização de gastos considerados sigilosos é o mesmo adotado para as despesas não-sigilosas.

O general reconheceu que os cidadãos brasileiros têm direito a ter acesso a informações de órgãos públicos de acordo com a Constituição, mas destacou que

também há determinação constitucional de sigilo para informações que são “imprescindíveis para a segurança do Estado”.

Jorge Félix disse que toda despesa que puder permitir a identificação de hábitos e costumes das autoridades deve ser considerada sigilosa. Para ele, é difícil definir quais compras devem ou não ser consideradas de segurança.

Nessa linha, Alberto Cardoso considera que deve haver limites ao sigilo, que precisa ser examinado individualmente. Para ele, a necessidade de sigilo sobre gastos da Presidência não pode ser “eterna”.

### Ministro do Esporte diz ter devolvido o que gastou

O ministro do Esporte, Orlando Silva, disse na CPI mista que devolveu à União, em três parcelas, o que gastou com seu cartão corporativo em 2006 e 2007: R\$ 34.378,37. Ele afirmou que tomou a atitude por se sentir indignado com a “escalada crescente de ataques” com informações truncadas sobre suposto uso irregular de cartão.

O ministro observou que o “famoso caso da tapioca” já tinha sido detectado pelo controle interno do ministério antes de chegar à imprensa. Naquele momento, frisou, já havia devolvido os R\$ 8,30 gastos, bem como as despesas com a hospedagem da família em uma viagem de trabalho.

Segundo ele, na hora de pagar a conta na tapiocaria, confundiu o cartão corporativo com o particular.

### Matilde Ribeiro afirma que não agiu de má-fé

A ex-ministra da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro afirmou à CPI mista que, sem má-fé, cometeu enganos no uso dos cartões e que, por orientação da Controladoria Geral da União (CGU), devolveu R\$ 2.815,35 aos cofres públicos.

Segundo ela, recebeu orientações de que os cartões só seriam usados no pagamento de locação de veículos, hospedagem e alimentação em viagens. A depoente explicou ainda que decidiu pedir demissão para não deixar que os questionamentos atrapalhassem o órgão.

O pagamento de compra em um *free shop* foi, segundo ela, um fato isolado, pois confundiu o cartão corporativo com o pessoal.

### Gregolin defende-se de acusações de uso indevido do cartão

O ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, defendeu-se das acusações de uso irregular de cartão corporativo. Ele contou ter devolvido R\$ 548,60, gastos por erros administrativos. Conforme o ministro, a Controladoria Geral

da União encontrou duas “impropriedades”, mas as considerou “sem má-fé”.

O ministro informou que, entre 2006 e 2007, gastou R\$ 36.027,72 com o cartão e que, se tivesse recebido diárias em viagens, teria recebido R\$ 43.858,31.

Segundo ele, um dos erros que cometeu foi ter pagado com cartão almoço para uma delegação chinesa, o que só pode ser feito pela Presidência. Por isso, o ministro devolveu os R\$ 512,60 gastos. Outro engano foi ter pagado almoço para terceiros, no valor de R\$ 26.

### Audidores do Senado descobrem mais gastos com cartões corporativos feitos em *free shops*

O deputado federal Índio da Costa (DEM-RJ) informou que auditores do Senado encontraram novos casos de compras em *free shop* com cartões corporativos. A equipe é responsável pela análise dos documentos enviados pelo Banco do Brasil à CPI Mista dos Cartões Corporativos.

Índio da Costa também reve-

lou que os auditores encontraram compras superiores a R\$ 1 milhão sem indicação do estabelecimento onde foram feitas. Ele acrescentou que, em 7 março deste ano, foi efetuado saque de R\$ 16.390 com um cartão da Presidência da República, sem a obrigatória identificação do seu titular.

**QUEBRA DE ACORDO** - O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), disse que o partido poderá retomar a presidência da CPI mista. Ele lembrou que o partido, maior bancada no Congresso, abriu mão do cargo como parte de um acordo com a oposição para que não fosse criada outra CPI sobre o assunto no Senado. Dessa forma, com a nova CPI, o direito a indicar o presidente da CPI mista voltaria ao PMDB.

## Antes de funcionar, CPI do Senado acirra ânimos

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, leu em Plenário o requerimento da oposição que cria uma CPI composta exclusivamente de senadores, fato que já levou ao acirramento dos ânimos no Senado (*leia abaixo*). A formalidade é um passo importante para a instalação da comissão.

– Como parlamentar, eu sempre fui contra essa CPI. Como presidente, cumpro o meu dever – declarou Garibaldi.

O uso de cartões corporativos

pelo governo já está sendo investigado pela CPI mista, composta por deputados e senadores.

Para que a CPI do Senado entre em funcionamento, os líderes partidários devem indicar membros para o novo colegiado. Só depois de os partidos enviarem à Presidência do Senado esses nomes, eles serão lidos em sessão pelo presidente da Casa e, então, a nova CPI poderá ser instalada. O PMDB já anunciou na semana passada os nomes que indicará.

### Governo quer presidência e relatoria da comissão

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que a base de apoio ao governo exigirá a presidência e a relatoria da CPI do Senado, já que terá oito dos 11 cargos da CPI.

– Nós defendemos a partilha de cargos na CPI do Congresso para construir o entendimento. Colocado por terra o entendimento, vai valer a proporcionalidade dos partidos – disse Jucá.

O nome de Jucá já foi sugerido pelo líder do PMDB, Valdir Raupp, para a presidência da CPI. Porém, o líder do governo

considera que a nova CPI vai deteriorar o clima político no Senado.

– Ter duas comissões é ruim para a Casa e para as investigações. É bem verdade que não se está na linha que a oposição quer, mas ela não pode exigir que a maioria aprove o que ela quer – afirmou.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), alegou ilegalidade na criação da nova CPI, citando o Código de Processo Penal, que não permite que dois inquéritos sobre um mesmo fato coexistam.



Reunião de líderes na terça-feira decidiu pela criação da CPI dos Cartões composta exclusivamente por senadores

### Alvaro Dias espera que Senado permita investigação mais ampla

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que uma CPI exclusiva do Senado para investigar o uso de cartões poderá se valer de recursos ao Plenário. Na sua avaliação, a decisão de criar essa comissão é irreversível, mesmo que a oposição continue sendo minoria.

– Se na CPI não há dissidências, porque o governo escolhe a dedo os seus representantes, no Plenário do Senado é impossível evitar a dissidência. Então a oposição passa a ter alguma chance – analisou.

O senador disse que há um exagero na preservação do sigilo das contas da Presidência. Para ele, é possível estabelecer sigilo em relação àquilo que diga respeito à segurança, mas isso não se aplica a contas corriqueiras, como alimentos, bebida, produtos de higiene, aluguel e material de limpeza.

– Por que tanta resistência para impedir que conheçamos as contas da Presidência? Certamente, porque há algo grave a esconder – acredita.

### Para relator, nova comissão é desperdício de dinheiro público

O relator da CPI Mista dos Cartões Corporativos, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), observou que o funcionamento de duas CPIs simultâneas e com a mesma finalidade é um desperdício de dinheiro público até maior que os “equivocos com o uso

do cartão corporativo”.

O relator disse que as informações consideradas não-sigilosas correspondem a mais de 99% do que foi gasto e que o material estará acessível a todos os membros da comissão.

## COMISSÕES

FOTOS: MÁRCIA KALLINE



Alexandre Hohagen (E), do Google, disse que a empresa facilitará a identificação de pedófilos. Magno Malta (acima, entre Tuma e Demostenes) preside a CPI



## Comissão define novas regras para suplentes

O sistema de suplência para o cargo de senador foi mantido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira, mas, em vez de dois possíveis substitutos, prevê a eleição de apenas um suplente. A mesma proposta impede a candidatura, como suplente, de cônjuge ou parente do candidato a senador. Para serem confirmadas, essas alterações terão de ser aprovadas no Plenário do Senado e depois na Câmara dos Deputados.

De acordo com a decisão da CCJ, quando o senador titular morrer ou deixar o cargo devido a cassação ou renúncia, o suplente assumirá até a eleição

seguinte. Mas, quando o titular se retirar para se tornar ministro de Estado ou secretário estadual, o procedimento continuará o de hoje: o suplente assumirá a vaga até que o senador retorne ao Congresso ou, caso isso não ocorra, até o final do mandato. Essa possibilidade foi criticada por senadores como Jefferson Péres (PDT-AM).

Para aprovar as mudanças, a CCJ rejeitou as sugestões contidas em substitutivo elaborado pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator das sete propostas de emenda à Constituição que estavam sob o exame da comissão.

## CAS aprova consolidação das leis sanitárias federais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto (PLS 619/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que consolida a legislação sanitária federal.

O relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), recomendou a aprovação, mas conforme texto substitutivo que apresentou. A proposta segue para exame do Plenário em regime de urgência.

Segundo o relator, a iniciativa facilita a leitura e a interpretação das leis sanitárias federais, auxiliando no controle exercido pelos conselhos

estaduais e municipais de saúde. Augusto Botelho também agradeceu a colaboração da consultoria e da assessoria jurídica do Senado, bem como de técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na elaboração do substitutivo.

A CAS acatou também substitutivo de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) a projeto (PLS 300/04) de Paulo Paim (PT-RS) que inclui a fibrose cística entre as doenças que garantem isenção do Imposto de Renda a seus portadores.

## Compensação por interrupções nos serviços

Os usuários de telecomunicações, televisão a cabo e internet terão direito a uma compensação financeira nos casos de interrupção injustificada da prestação dos serviços. A medida está prevista em projeto (PLS 591/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O projeto modifica a Lei Geral de Telecomunicações (9.472/97) para estabelecer a compensação entre os direitos dos usuários. A devolução do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços deverá ocorrer em até 40 dias.

## Trabalho a distância será incluído na CLT

O trabalho realizado a distância passará a ser protegido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Atualmente, segundo o artigo 6º da CLT, não há distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, "desde que seja caracterizada a relação de emprego". O projeto de lei da Câmara (PLC 102/07), aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, vai ao exame da Comissão de Assuntos Sociais e do Plenário. O chamado "teletrabalho" já está previsto nas leis de países como Portugal e Chile,

# CPI quer abertura de 3.261 álbuns do Orkut

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia aprovou na última quarta-feira requerimento de seu presidente, senador Magno Malta (PR-ES), para que o Google do Brasil abra o sigilo de 3.261 álbuns privados hospedados em seu site de relacionamento Orkut. Esses álbuns estão sob a suspeita de conterem material pornográfico (fotos, principalmente) retratando crianças e adolescentes.

Desde sua chegada ao Brasil, em 2004, a empresa tem se recusado a fornecer informações solicitadas pelo Ministério Público sobre usuários denunciados por pedofilia, conforme relatou à CPI o procurador da República no estado de São Paulo Sérgio Suiama. Ao reconhecer os problemas perante a comissão, o diretor-presidente do Google no Brasil, Alexandre Hohagen, acenou para uma mudança de postura da em-

presa e assumiu o compromisso de adotar, até junho, medidas para facilitar a identificação de pedófilos que utilizam o Orkut.

Em sua apresentação à CPI, Suiama afirmou que cerca de 90% das 56 mil denúncias de pedofilia por meio da internet recebidas nos últimos dois anos referem-se ao Orkut. O procurador salientou que a implantação, em novembro de 2007, de ferramenta que permite a hospedagem de álbuns fechados facilitou

ainda mais a ação dos pedófilos. - A disseminação do Orkut no Brasil tornou o país um distribuidor de pornografia infantil, e o Google não parece se preocupar com isso - observou ele.

De acordo com Suiama, o Brasil é o país da América Latina com

o maior número de usuários de internet - 42 milhões, o que significa metade dos internautas latino-americanos. Um terço dos usuários brasileiros tem entre dez a 15 anos de idade, o que, de acordo com o procurador, torna urgente a adoção de medidas para

combater a divulgação de pornografia infantil por meio do Orkut e o aliciamento de crianças em salas de bate-papo.

Sérgio Suiama defendeu a adesão do Brasil à Convenção Internacional contra

o Cibercrime, conhecida como Convenção de Budapeste, já assinada por 47 países.

Magno Malta anunciou que levará a demanda ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião marcada para esta semana com integrantes da CPI.

**Site de relacionamento responde por 90% das denúncias**

## Falta de legislação específica dificulta controle

Ao depor na CPI da Pedofilia, o secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Augusto César Gadelha Vieira, reclamou da falta de uma legislação específica que obrigue os provedores de internet a armazenarem evidências de crimes cometidos pela rede, como os de pornografia infantil.

Também membro do Comitê Gestor da Internet - organismo formado por representantes do governo federal e de entidades sociais -, Augusto Gadelha lamentou que o comitê não disponha de um meio legal para obrigar os provedores a manterem os dados

de acesso pelo prazo de três anos por ele recomendado.

- Apesar da recomendação muito forte que o comitê já faz, há alguns anos, pela manutenção dos dados, qualquer empresa provedora pode alegar que não há imposição legal para seu cumprimento - afirmou.

Gadelha queixou-se ainda da falta de condições técnicas do comitê para controlar os conteúdos veiculados nos domínios "br" na internet. Segundo disse, o controle pessoa a pessoa não é suficiente para evitar o uso indevido da rede mundial de computadores, uma vez que os usuários, even-

tualmente bloqueados no Brasil, podem buscar domínios em outros países.

Após essa exposição, o presidente da CPI, Magno Malta, decidiu solicitar a designação de um membro do Comitê Gestor da Internet para ajudar a comissão a elaborar um projeto que corrija as falhas apontadas na legislação brasileira sobre o assunto. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu ao comitê ampliar a distribuição da *Cartilha de Segurança para Internet*, já que a atual tiragem de 5 mil exemplares seria insuficiente para atender à população brasileira.

## CPI pede à Interpol para investigar americano

A CPI da Pedofilia aprovou requerimento de seu presidente, senador Magno Malta, para que a Interpol investigue nos Estados Unidos todos os computadores de Michael Joseph Clifford, cidadão americano que está sendo investigado por pedofilia na operação Castelo de Areia, efetuada pela polícia e pelo Ministério Público no Rio de Janeiro.

O material da investigação deve ser enviado à comissão

de inquérito. Também foi aprovado requerimento solicitando audiência com o embaixador dos Estados Unidos, Clifford M. Sobel, para tratar do envolvimento do norte-americano Michael Clifford nas denúncias de pedofilia.

Durante a reunião, Magno Malta disse que o americano filmou a si próprio mantendo relações sexuais com um menino de 12 anos de idade no Rio de Janeiro. O senador registrou

que, para o aliciamento do menor, Michael Clifford teria sido auxiliado pelos escultores de areia Ivan Carlos de Souza e José Marcílio de Oliveira, ambos brasileiros.

Foram autorizados a busca e apreensão das gravações feitas por câmeras de segurança nos locais investigados na operação Castelo de Areia e diligência da CPI na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de acompanhar as investigações.

## PLENÁRIO

# Adelmir quer regra para registro contábil

As regras para publicação ou não de balanços contábeis no registro de empresas nas juntas comerciais podem ser padronizadas. É o que propõe o senador Adelmir Santana (DEM-DF), que anunciou a idéia na última sexta-feira. O objetivo, diz, é corrigir uma omissão na Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou a legislação das sociedades anônimas. Para Adelmir Santana, a lei trouxe incerteza jurídica às empresas ao não estabelecer a obrigatoriedade, ou não, da publicação das demonstrações contábeis das sociedades de grande porte para fins de registro nas juntas comerciais.

– Diante da lacuna, é possível, por exemplo, que a Junta Comercial de São Paulo exija a publicação dos balanços e a Junta Comercial do Rio de Janeiro diga



De acordo com Adelmir Santana, é preciso padronizar as regras de todos os estados

que não há essa necessidade. É possível ainda que algumas empresas levem o assunto ao Judiciário, o que é absolutamente indesejável e fonte de aumento de custos, com efeitos negativos para o próprio consumidor – explica.

Segundo o parlamentar, essa incerteza já se tem manifestado concretamente nas consultas formuladas pelas empresas junto aos escritórios de advocacia e às juntas comerciais. Tal situação, lembrou, nem sempre é percebida e acaba não ocupando os noticiários porque envolve “temas complexos”.

O parlamentar foi enfático ao afirmar que o Senado, por ser a Casa da Federação,

“tem o dever de enfrentar essa questão”.

– Estou convicto de que este é o verdadeiro papel do Poder Legislativo: trabalhar em consonância com as reais necessidades da sociedade organizada – ressalta.

## Acre precisa produzir mais alimentos, diz Mesquita Júnior

O Acre precisa deixar de importar de outras regiões o alimento que consome, disse na última sexta-feira o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Para ele, o estado tem que produzir mais alimentos, tornando-se auto-suficiente, o que requer do governo estadual mais apoio e estímulos aos agricultores.

– Mais de 70% do que se come no Acre vem de fora do estado – afirmou, acrescentando que “são necessárias medidas que revertam o empobrecimento da economia rural e dos pequenos produtores locais”.

Mesquita Júnior declarou que a situação dos pequenos produtores rurais do estado é tão precária que o governo deveria auxiliá-los “para que possam alcançar o estágio em que tenham como contrair empréstimos, já que muitas vezes não há capacidade econômica sequer para comprar um pequeno trator”.

Ele avalia que há no Acre “um preconceito com o campo”, pois a maior parte dos investimentos públicos se destina às áreas urbanas, em detrimento da infra-estrutura na zona rural.

– Espero que os formuladores de políticas do Acre ouçam o que o presidente Lula falou na Holanda – frisou, referindo-se a declarações do presidente durante visita àquele país. Lula, ao comentar a avaliação de que o aumento dos preços dos alimentos pressiona a inflação no Brasil e no mundo, respondeu que isso ocorre porque os mais pobres estão tendo mais acesso a eles. E argumentou que a inflação deve ser combatida com a expansão da oferta, com o aumento da produção de alimentos.

## Convenção sobre deficientes passa a vigorar, informa Paim

O Equador ratificou – junto à Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) – a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo Facultativo, informou Paulo Paim (PT-RS). O senador registrou que se trata da 20ª ratificação, o que dá número para que a convenção passe a vigorar, a partir do dia 3 de maio.

– É com satisfação que vemos a adesão de países da América Latina, um ano após a abertura de assinaturas, o que é fruto da mobilização da sociedade civil organizada – assinalou.

Segundo Paim, estes países assinaram a convenção: Bangladesh, Croácia, Cuba, Equador, El Salvador, Gabão, Guiné, Hungria, Índia, Jamaica, Jordânia, México, Namíbia, Nicarágua, Panamá, Peru, São Marino, África do Sul, Espanha e Tunísia.

### Protestos pelo Tibete

Paim também apelou ao governo chinês em favor do Tibete, território ocupado pela China desde 1951. “Estamos diante de um triste cenário, onde a liberdade das pessoas está sendo violentamente cerceada”, afirmou, manifestando preocupação com a repressão da China aos protestos da população do Tibete. O senador expressou admiração pelo líder tibetano Dalai Lama e elogiou sua “política de paz”. De acordo com Paim, o governo chinês dificulta o diálogo com o Tibete.

– Um país que usa violência para coagir seus cidadãos a renegar seus ideais talvez não seja o lugar mais adequado para a celebração do esporte e dos valores olímpicos. Espero que a autonomia do Tibete seja respeitada – enfatizou.

## Senadores comemoram fim do fator previdenciário

Papaléo Paes (PSDB-AP) protestou contra notícias negativas veiculadas pela imprensa, que atribuem ao Senado a culpa por um possível agravamento da crise financeira da Previdência Social em razão de o Plenário da Casa ter aprovado, na quarta-feira, projeto que extingue o chamado fator previdenciário e modifica a forma de cálculo dos benefícios previdenciários.

– O Senado não cometeu nenhuma irresponsabilidade ao aprovar uma medida que apenas tem por meta beneficiar o trabalhador – salientou Papaléo Paes, ao atribuir as notícias negativas a setores da imprensa e da sociedade que desejam “enfraquecer e desgastar” o Senado.

Já o senador Geraldo Mesqui-

ta Júnior (PMDB-AC) classificou de “brutalidade” contra o trabalhador brasileiro a permanência, na legislação, do fator previdenciário. Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto (PLS 296/03), aplaudiu a decisão do Senado, uma vez que o dispositivo retira grande parte do salário do trabalhador na hora da aposentadoria.

O fator previdenciário é calculado considerando, na data de início do benefício, a idade e o tempo de contribuição do segurado, a expectativa média de sobrevivência e uma alíquota de 31%, que equivale à soma da alíquota básica de contribuição da empresa (20%) e da maior alíquota de contribuição do empregado (11%).

## Mão Santa defende projetos para aposentados

Em discurso na sexta-feira, Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo à Câmara para que confirme a decisão do Senado, que aprovou, na quarta-feira, projetos que beneficiam aposentados e pensionistas. Um deles estende ao segmento os reajustes reais do salário mínimo (PLC 42/07). O outro extingue o fator previdenciário e altera o cálculo de benefícios (PLS 296/03). Ao apelar pela sanção presidencial das propostas, Mão Santa lembrou o tempo em que, como deputado federal, o presidente Lula afirmou que a Câmara tinha 300 picaretas.

## Mozarildo sugere medidas em prol do Legislativo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou uma lista de sugestões para fortalecer o Poder Legislativo. Entre elas, estão a realização das reformas tributária e política e a adoção de uma postura contrária à criação e ao aumento de impostos. Mozarildo conclamou os senadores que, na avaliação dele, “não ficam atrelados à liberação de emendas ou cargos” para discutir essas propostas. O senador comentou entrevista concedida pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, sobre as dificuldades pelas quais o Congresso vem passando. Garibaldi disse à revista *Veja* que “o Congresso está na UTI”.



Ministro José Gomes Temporão discursando no Plenário do Senado durante comemoração do Dia Mundial da Saúde

## Simon alerta contra corrupção e violência

“A violência se liga à corrupção, e ambas têm como raiz comum a impunidade”, afirmou na última sexta-feira o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Para ele, o país vive um momento de decisão, porque um balanço da violência urbana, especialmente contra crianças, leva os cidadãos de bem a refletir sobre a sociedade brasileira.

Segundo o parlamentar, não se trata de elaborar novas leis: “elas existem de sobra”. Trata-se de cumprir a legislação e mobilizar cada cidadão.

– Por que as leis não são cumpridas? Porque se não cumprir não acontece nada, o Brasil é o país da impunidade e se transformou num Estado de anomalia social, onde a corrupção está tão disseminada em todas as instituições políticas que o respeito por elas se perdeu – declarou.

Simon afirmou que o Estado e suas instituições políticas foram contaminados pela corrupção e que se criou um vácuo de poder que foi ocupado por um “estado paralelo”, comandado pelo narcotráfico, pela pirataria e pela

sonhegação. Conforme o senador, é fundamental restabelecer a confiança da população em suas instituições. Ele advertiu que se o Senado continuar de braços cruzados, assistindo aos desmandos, virará cúmplice.

Em sua avaliação, os parlamentares bem-intencionados, de maneira suprapartidária, devem dialogar com a sociedade e propor uma agenda positiva que fuja da polarização Lula/Fernando Henrique Cardoso e aponte para um caminho de valorização da atividade política.

## Senado promove sessão para celebrar Dia Mundial da Saúde

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, informou que vai colocar em votação, no menor tempo possível, projeto de lei (PLS 121/07 – Complementar) de Tião Viana (PT-AC) destinado a regulamentar a Emenda Constitucional 29, que estabelece percentuais mínimos de investimentos em saúde para municípios, estados e União. O anúncio foi feito na quarta-feira, 9 de abril, durante a abertura da sessão especial em comemoração ao Dia Mundial da Saúde e aos

60 anos da Organização Mundial da Saúde (OMS).

– Esta Casa não tem faltado com o seu dever de promoção da saúde do povo brasileiro. Mas tenho a convicção de que a melhor forma de demonstrar preocupação com a saúde seria aprovar o projeto que regula a Emenda 29 – observou Garibaldi.

A OMS comemorou o Dia Mundial da Saúde neste ano com o tema “Protegendo a saúde frente às mudanças climáticas”.

## Voz do Leitor

## CBF EM BRASÍLIA

“Sugiro que os senhores senadores juntem-se com a Câmara dos Deputados e levem para Brasília, a capital do país, a sede da Confederação Brasileira de Futebol, porque é uma grande injustiça ela permanecer em poder do Rio de Janeiro. Tenho certeza que, se consultados, todos os brasileiros serão a favor da mudança, para que o comando do nosso futebol fique livre de qualquer suspeita. Será que nossas autoridades não têm poder perante meia dúzia de comandantes dentro da CBF? Ou então, mudem a sigla para CBF do RJ.”

**Ednaldo J. Santos, de Penha (SP)**

## PENSÃO VITALÍCIA

“No dia 3 janeiro de 2008, a redação do art. 61-A da Constituição Estadual do Estado de Roraima foi alterada e a partir de agora os próximos governadores que passarem efetivamente pela governadoria do estado terão direito a pensão vitalícia com valor de 70% do valor pago ao titular. Vale ressaltar que tal imposição não tem apoio na Constituição federal. Quer dizer que a assembléia roraimense tem autonomia suficiente para impor dispositivos inconstitucionais? Autoridades, mexam-se!”

**Nathanaela Honório Paulino da Silva, de Campina Grande (PB)**

## FORÇAS ARMADAS

“As Forças Armadas estão sempre prontas a ajudar. Mesmo que não seja função delas. Não importa! Em tempos de paz, os militares devem ajudar a nação – como já fazem – nas áreas de saúde, transportes, construção e outras ajudas humanitárias.

Agora, os senhores já viram os salários que os militares recebem? Já imaginaram os ânimos de todos eles com esses soldos? Os mesmos militares que estão aí, apoiando a população, na maioria, passam por necessidades.”

**Gildo Giasse, de Brasília (DF)**

## TRANSPORTE

“Manifesto minha opinião desfavorável à não-licitação para o transporte rodoviário interestadual e intermunicipal de passageiros. Com a decisão, colocam os usuários nas mãos de monopólios que oferecem serviços deficientes com preços elevados nas passagens.”

**Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)**

## GARIBALDI NA VEJA

“Gostaria de parabenizar o presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, pela brilhante entrevista que concedeu à revista *Veja*, na edição de 2 de abril. Notei que Garibaldi Alves expôs com muita clareza por que o Congresso Nacional perdeu atualmente as suas verdadeiras funções: a de legislar e a de servir como uma voz da sociedade.”

**Ângelo Ricardo Fabrício, de Foz do Iguaçu (PR)**

## CARTÕES CORPORATIVOS

“A farra com os cartões corporativos é mais uma mancha num governo que ainda tenta se livrar de imagens ‘sujismundas’ como aquelas do mensalão, do dinheiro na cueca, da quebra de sigilo bancário de um caseiro e tantas outras. E a senadora Ideli Salvatti tem a coragem de afirmar que está tudo bem... Menos, senadora.”

**Lourival Custódio, de Blumenau (SC)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## ambiente legal

## Energia do mar

A empresa pública norueguesa Statkraft pretende implementar, às margens de fiorde de Oslo, um projeto piloto de usina de água do mar, uma forma de energia limpa que poderá produzir metade do consumo energético atual da Europa. Já na Irlanda do Norte, uma foto de divulgação mostra como devem funcionar as grandes turbinas que serão instaladas na costa

do país. Essas hélices, apelidadas de *SeaGen*, devem gerar eletricidade suficiente para abastecer 1.140 residências.



LIVE EARTH/GI

## Quanto vale uma árvore?

Ganha força nas conferências internacionais a idéia de fixar para cada árvore um preço correspondente ao carbono que armazena durante toda sua vida. Estudo da revista *Royal Society* mostra que o mercado de

carbono pode gerar bilhões de dólares que contribuiriam para evitar a devastação de florestas tropicais como a amazônica. Uma redução de 10% no desmatamento do mundo poderia valer até US\$ 13,5 bilhões.

## O papel do Brasil

Relatório divulgado semana passada pelo Banco Mundial afirma que a maior parte do desmatamento mundial ocorre no Brasil e na Indonésia. Segundo o Global Monitoring Report, o desmatamento tem sido motivado pela demanda por carne, soja e madeira, decorrente da ação “tanto de grandes interesses corporativos quanto de pequenos proprietários”. O índice de hectares desmatados no Brasil, diz o relatório, foi de 2,7 milhões entre 1990 e 2000, mas subiu para 3,1 milhões de hectares entre 2000 e 2005.

**A CAMPANHA DE GORE** - O ambientalista Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, está promovendo uma campanha de US\$ 300 milhões para motivar o debate, durante as eleições presidenciais em seus país, sobre as alterações climáticas. Ele está doando à campanha uma parte de sua fortuna. Al Gore espera convencer os norte-americanos de que a proteção do planeta está acima das divisões políticas.

**O GRANDE DESAFIO** - O consagrado economista Jeffrey Sachs adverte que as tecnologias atuais não podem sustentar, ao mesmo tempo, uma diminuição das emissões de dióxido de carbono e uma expansão da economia global. Para Sachs, é preciso desenvolver tecnologias avançadas de baixo nível de emissão de carbono, o que exige um grande aumento dos investimentos nas pesquisas.

## Frases

“Não podemos mudar a Constituição para resolver problemas de A, B ou C. Se é um excelente presidente, que bom, parabéns para ele, que volte daqui a quatro anos. Transformar o Brasil na Venezuela é que não dá”

**Kátia Abreu**, sobre um terceiro mandato para o presidente Lula.

“É possível consolidar um projeto político, de duas décadas, sem alterar as regras”

**Ideli Salvatti**, para quem é ilógico o PT defender um terceiro mandato, já que em 1997 foi contra a reeleição de FHC.

“Agora temos compromisso zero com a oposição. Caso contrário, vai ser a ditadura da minoria. Isso só acontece num regime não-democrático”

**Romero Jucá**, anunciando que os governistas vão fazer valer a maioria e indicar presidente e relator da nova CPI dos Cartões.

“O Congresso está na UTI. É um paciente que ora tem uma pequena melhora, ora piora. Quem está na UTI, ou sai ou morre. Eu acho que vai sair, porque morrer é difícil, é uma instituição que está incorporada à vida política brasileira. A tendência é melhorar, nem que seja de uma forma compulsória”

**Garibaldi Alves**, lamentando as disputas entre oposição e governo nas CPIs.

“Querem justificar o corte por conta do fim da CPMF é tentar tapar o sol com a peneira. É pensar que a população é formada por 200 milhões de bobos. O governo não pára de gastar”

**José Agripino**, ao enumerar programas recentes do governo, como o Territórios da Cidadania.

“É preciso acabar com os privilégios constitucionais e fulminar a proteção dada aos mandatos”

**Paulo Paim**, condenando o foro privilegiado para detentores de mandatos eletivos.

“Se o Google ganha dinheiro no Brasil, tem de cooperar no combate à pedofilia”

**Magno Malta**, que convocou o presidente da empresa a depor na CPI da Pedofilia.

## Foto da Semana

Depois de costurar um grande acordo, os senadores conseguiram destrancar a pauta da Casa e votar uma série de projetos na semana passada. Na foto, os senadores participam da sessão de quarta-feira, em que foi aprovado projeto de lei complementar regulamentando a Emenda Constitucional 29. Esse projeto estabelece regras para a destinação de recursos do Orçamento para a área de saúde



# Niemeyer em documentário

A TV Senado apresenta neste fim de semana o documentário *Niemeyer por Niemeyer*, em homenagem ao centenário do arquiteto Oscar Niemeyer, comemorado em dezembro do ano passado.

O filme, que será exibido no sábado, às 16h30 e 21h30, e no domingo, às 11h30 e 22h, revela o pensamento de um dos homens mais admirados do seu tempo. Um Niemeyer trabalhador, generoso, artista, político e polêmico.

Oscar Niemeyer declara que não gosta de falar sobre arquitetura e comenta com entusiasmo sobre o ser humano perante o universo, tema fascinante para o mestre das curvas que desafia o espaço na amplidão dos vãos livres. O talento não se restringe a arquitetura e urbanismo. No currículo há obras de literatura, escultura, cenografia, mobiliário, serigrafia, edição e ilustração.



TV Senado apresenta filme sobre o arquiteto, cujo currículo tem obras de literatura e ilustração

## Conexão Senado debate duração de mandatos

O deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) deve apresentar nos próximos dias proposta de emenda à Constituição que restabelece o mandato de cinco anos para presidente da República. A norma, que fazia parte da Constituição de 1988, foi alterada em 1997, quando o mandato presidencial passou a ser de quatro anos, com direito a reeleição.

A proposta sugere que a implantação de uma nova regra daria ao atual presidente o direito de disputar a próxima eleição, além de prever mandato de cinco anos para governadores, prefeitos, vereadores, deputados distritais e federais e senadores.

A tentativa de mudar a duração dos mandatos é o assunto da entrevista especial do *Conexão Senado*, que a Rádio Senado transmite nesta segunda-feira ao meio-dia, com a participação de senadores e especialistas.

## Direito de sucessão e herança no Fique por Dentro da Lei

O ouvinte Deusimar Ferreira da Silva, de Nova Esperança do Piriá (PA), escreveu para a Rádio Senado e relatou a situação por que passa sua esposa. O pai dela faleceu e os herdeiros não chegaram a um acordo quanto à partilha da herança.

Para esclarecer a questão, o *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado, conversa nesta terça-feira, às 8h30, com Rômulo Sulz, advogado e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Distrito Federal.

## Nilson Pereira é a atração do Leituras

O poeta Nilson Pereira é o entrevistado do programa *Leituras*, da TV Senado, neste sábado, às 9h e 20h, e no domingo, às 8h e 20h30. Nascido em Coromandel (MG), em 1949, Pereira passou a infância e juventude em Patos de Minas, de onde mudou-se para Brasília, em 1976. Professor universitário e assessor legislativo da Câmara Legislativa, é formado em Letras e mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília.

## Reco do Bandolim e grupo Choro Livre inéditos

O *Espaço Cultural* deste sábado, às 24h, com reprise no domingo, às 14h30, exibe *Reco do Bandolim e grupo Choro Livre*, em gravação inédita de junho de 2007 no Clube do Choro de Brasília.

Henrique Lima Santos Filho, o Reco do Bandolim, é baiano de Salvador. Chegou a Brasília em 1963 e quando adolescente participou de bandas de *rock*, no início do movimento musical que projetaria a cidade na década de 80. Mas a descoberta do bandolim e os discos do mestre Jacob Bitencourt despertaram uma paixão definitiva pelo choro, e a guitarra foi definitivamente aposentada.

Participou do grupo de fun-

dadores do Clube do Choro de Brasília, em 1978, e forjou seu estilo em rodas musicais ao lado dos mestres Waldyr Azevedo, Avena de Castro, Odete Ernest Dias, Bide e Pernambuco do Pandeiro.

Presidente do Clube do Choro de Brasília e fundador da Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello, Reco do Bandolim é ainda jornalista profissional. Tem quatro discos gravados, dois pelo setor de pesquisas do Banco do Brasil e dois independentes, entre os quais se destaca o *Reco do Bandolim & Choro Livre*, com mais de 5 mil cópias vendidas.

Filho dileto do Clube do Choro de Brasília, o regional Choro

Livre tem no seu batismo a tradução de como vê e toca o gênero: criativo e aberto a novas influências. Fiel à raiz, mas sem medo de dogmas, o conjunto faz uma leitura contemporânea dos clássicos do choro e complementa o repertório com novos autores e composições próprias.

O grupo já atuou ou dividiu o palco com monstros sagrados da MPB, como Nelson Cavquinho, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, Paulinho da Viola, Hermeto Paschoal e Sivuca. Tem dois CDs, nos quais, além de clássicos do gênero, apresenta composições próprias como *Moleque Ronaldinho* e *Siri com Toddy*.



### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional  
Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista -  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo  
19h30 - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação

### DOMINGO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
11h - Música do Brasil  
12h - Música e informação  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo  
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).  
ANTENA PARABÓLICA  
Sistema analógico: Satélite - B1  
Transponder - 11 A2  
Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz  
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical  
Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
Antena - 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio  
Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - 3/4

### Como sintonizar

FM  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
ONDAS CURTAS  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
ANTENA PARABÓLICA  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## SENADO

# Arquivo traz uma década de fotos do Legislativo

O arquivo fotográfico do **Jornal do Senado** passou, há duas semanas, a disponibilizar para os usuários da intranet da Casa imagens feitas a partir de 1999. Antes da mudança, o arquivo só permitia o acesso a imagens recentes, de 2007 e 2008. Hoje, são cerca de 270.000 fotos de parlamentares e outros temas relativos à atividade legislativa.

O arquivo traz, além das fotos feitas pelos fotógrafos

do Senado, outras cedidas por órgãos como a Agência Brasil e as secretarias de comunicação dos estados. Parte das imagens pode ser copiada e usada desde que acompanhada do nome do fotógrafo.

A oferta de fotos via intranet foi desenvolvida por Elida Costa, gestora do arquivo do **Jornal do Senado**, Cláudio Miranda, da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), e Eliane Manhães, do Cedoc Multimídia.

## Senado responde a nota do blog de Ricardo Noblat

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado, Helival Rios, divulgou na sexta-feira resposta a nota publicada no blog do jornalista Ricardo Noblat sobre o quadro de jornalistas da Casa.

A seguir, a íntegra da resposta.

*A fim de mantê-lo bem informado e também os seus milhares de leitores, nunca, em toda a sua história de 182 anos, o Senado Federal teve um quadro de 500 jornalistas.*

*Atualmente, somando-se o conjunto dos veículos da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs), há 129 jornalistas, todos admitidos por meio de concurso público. A Secs, seguindo orientações do TCU, não conta com jornalistas terceirizados ou regidos pela CLT.*

*Não há, também, pagamento indiscriminado de horas extras. Ganha hora extra o repórter ou editor que efetivamente trabalhar além da sua jornada.*

*Os 129 jornalistas concursados do Senado são responsáveis diretos pelo conteúdo de um jornal diário; um jornal semanal; edições especiais de encartes, cartilhas e revistas;*

*uma emissora de rádio FM, no ar 24 horas; uma emissora em ondas curtas; uma agência noticiosa de rádio; uma emissora de televisão, 24 horas no ar; uma agência noticiosa de televisão; uma agência de notícias em mídia eletrônica em português, inglês e espanhol.*

*Conforme lhe disse, o número de 129 jornalistas concursados é o maior já registrado no Senado, em toda a história. Nem mesmo se fossem somados os assessores de imprensa dos senadores, que não têm qualquer vínculo com a Secretaria Especial de Comunicação Social, chegar-se-ia a um número próximo ao citado!*

*Como você sabe, em geral, cada senador tem um assessor de imprensa (jornalista) contratado para o gabinete, dentro da sua cota. Esses assessores de imprensa dos gabinetes não são funcionários da carreira do Senado. Se cada senador tiver um assessor de imprensa, ainda que se somasse, indevidamente, esse número (são 81 senadores) com o de jornalistas da Secs, ainda assim, ficaríamos eternamente distantes dos 500 citados em sua coluna.*

*Fico-lhe muitíssimo grato pelo reparo à (des) informação.*

## Sistema permite acompanhamento de votações

Já está disponível na página do Senado, na internet, sistema que permite conhecer o voto dos senadores em todas as votações nominais. O interessado pode pesquisar pelo nome do parlamentar, por matéria, partido, região ou período – meses ou anos. As informações estão disponíveis a partir de 1995. O sistema pode ser visto a partir do menu principal na lateral esquerda da página do Senado, no item Atividade Legislativa.

## Prestação de contas continua atraindo interesse

O balanço do primeiro mês de funcionamento do sistema de verbas indenizatórias mostra que há um acompanhamento constante das despesas dos senadores. Os acessos nos dois primeiros dias (3 e 4 de março), quando a visitação foi muito grande, atingiram 2.539 e 1.640, respectivamente. Nas semanas seguintes, os acessos caíram para algo entre 200 e 300 por dia. As informações estão na página do Senado.

## Curso “Direito e Economia” terá nova turma

A Unilegis abrirá uma segunda turma para o curso de extensão “Direito e Economia” em razão da grande procura. As inscrições devem ser feitas no site da Unilegis, [www.senado.gov.br/unilegis](http://www.senado.gov.br/unilegis), até o dia 15 de abril. As aulas serão ministradas pela professora Flávia Santinoni Vera nos dias 19, 21 e 26 de maio; e 2, 4, 6 e 9 de junho, no período das 9h às 12h. Para participar, o candidato deverá ser servidor da Casa ou de órgão conveniado e ter concluído curso superior.

## Presidência



Tony Jozame Amar, embaixador da Colômbia, em visita de cortesia a Garibaldi

## Embaixador da Colômbia visita Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu, na manhã de quarta-feira, o embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame Amar, que veio ao Congresso para uma visita de

cortesia. Garibaldi recebeu o embaixador pouco antes de dirigir-se ao Plenário para conduzir sessão especial em comemoração ao Dia Mundial da Saúde.

## Senado recepcionará presidente da Índia

O Senado recepcionará, nesta terça-feira, a presidente da Índia, Pratiba Devisingh Patil, que visita o Brasil num momento em que se intensificam as relações de comércio entre as duas nações, ultrapassando a marca dos US\$ 3 bilhões.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, na última década, as relações entre os dois países cresceram substancialmente, gerando oportunidades mútuas nas áreas de energia, fármacos, agricultura, ciência e tecnologia.

A Índia é hoje o quarto maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, depois do Japão, China e Coreia. E o Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina.

Existem atualmente 33 empresas indianas atuando em território brasileiro, como unidades produtivas próprias, *joint ventures* com empresas brasileiras ou escritórios de representação nos setores farmacêutico, químico e petroquímico, de engenharia, tecnologia da informação, petróleo e gás.

Entre as expectativas dessa visita, está o Acordo de Preferências Fixas Mercosul-Índia para expansão comercial. Embora já assinado, o acordo ainda aguarda aprovação pela Câmara, antes de ser enviado à deliberação do Senado. Por esse documento, as negociações comerciais entre o Mercosul e a Índia devem prosseguir em dois sentidos: no aprofundamento das preferências já concedidas e na ampliação da lista de produtos contemplados para trocas comerciais.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro  
**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### JORNAL DO SENADO

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves  
**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e Atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

**Agência Senado**

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

**www.senado.gov.br/jornal**

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Estatuto das Cidades: novas regras para construir soluções

**E**m 1940, apenas 26,3% dos brasileiros viviam nas cidades. Hoje são 82%. O resultado desse crescimento está nas dificuldades do dia-a-dia: transporte ruim, poluição, favelas etc. Desde 2001, com o Estatuto das Cidades, construir soluções para esses problemas passa obrigatoriamente pela participação dos moradores. Veja quais são as regras e como contribuir.

## O que diz a Constituição federal

Pela primeira vez, uma Constituição brasileira fala das cidades. Confira as determinações constitucionais:

✓ Todo município com mais de 20 mil habitantes é obrigado a elaborar um plano diretor, aprovado pela câmara municipal, definindo como deve ser a ocupação do seu território.

✓ A propriedade urbana só cumpre sua função social quando atende ao que foi determinado pelo plano diretor.

✓ Se a propriedade não cumpre sua função social, a prefeitura pode, sucessivamente:

- ✓ intimar o proprietário a dividir, utilizar ou construir no terreno;
- ✓ aplicar IPTU progressivo
- ✓ desapropriar.

### Fique atento

Ser cidadão, e morador da cidade, significa ter consciência dos seus direitos, poder reivindicá-los e também cumprir, com responsabilidade, seus deveres.

Municípios x favelas, segundo o IBGE  
% das cidades brasileiras que têm favelas

Entre 50 e 100 mil habitantes	56,6%
Entre 100 e 500 mil habitantes	79,9%
Maior que 500 mil habitantes	100%

## Plano diretor é obrigatório

As regras gerais para que a propriedade seja bem usada são definidas pelo Estatuto das Cidades. Já o plano diretor é o projeto da cidade, e deve conter o destino de todas as áreas, urbanas e rurais, e as normas a serem obedecidas para ocupar seu território. É uma lei municipal, obrigatória para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes e para aquelas:

- ✓ situadas em área de especial interesse turístico;
- ✓ onde existem ou estão sendo construídas grandes obras; e
- ✓ integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Segundo o IBGE, cerca de 1.400 muni-

cípios são obrigados a aprovar a lei.

O plano diretor deve ser revisto, no mínimo, a cada dez anos e estar integrado ao Plano Plurianual e ao Orçamento, além de obedecer:

- ✓ às regras federais e estaduais de ocupação do território;
- ✓ ao planejamento da região metropolitana ou microrregião de que o município faça parte.

O estatuto também obriga as cidades com mais de 500 mil habitantes a prepararem um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor. O prefeito que não elaborar o plano diretor (o novo prazo é 30 de junho de 2008) pode ser denunciado por improbidade, crime punido com ressarcimento do prejuízo, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até cinco anos, multa de até 100 vezes o valor do salário e proibição de ter contrato com o poder público e de receber benefícios, incentivos ou crédito públicos pelo prazo de três anos.

## Imóvel tem que ser bom para todos

O Estatuto das Cidades regulamenta o que foi determinado pela Constituição, criando regras para garantir a função social da propriedade com base nos seguintes princípios:

- ✓ o direito de todos à moradia, à infra-estrutura urbana e aos serviços públicos;
- ✓ a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural;
- ✓ a prevalência do interesse público sobre o privado;
- ✓ a gestão democrática;
- ✓ a regularização da propriedade;

O estatuto também obriga o município a criar meios para que os moradores participem da elaboração e aplicação do plano diretor e a gerar informações sobre a ocupação do espaço e dar livre acesso a elas.

## Proprietário não decide mais sozinho

Para que os imóveis cumpram sua função social, o estatuto criou algumas regras, que só valem se o plano diretor tiver sido corretamente elaborado. Veja algumas delas:

**Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios** – O município deve notificar o proprietário de imóvel ocioso ou mal aproveitado a usá-lo conforme a destinação da área no plano.

**IPTU progressivo no tempo** – Se o proprietário não atende à notificação, o IPTU pode ser dobrado a cada ano pelo prazo de cinco anos, até o limite de 15% do valor de venda do imóvel.

**Desapropriação** – Se mesmo com o IPTU progressivo, o proprietário não utilizou o imóvel da forma prevista no plano diretor, a prefeitura pode desapropriá-lo, pagando com títulos da dívida pública, em parcelas anuais iguais e sucessivas por até dez anos.

**Usucapião urbana** – Toda pessoa que, por cinco anos ininterruptos e sem oposição, more em área urbana de até 250m<sup>2</sup> tem direito à propriedade dessa área (exceto se a área for pública), desde que não tenha outro imóvel urbano ou rural (essa medida já estava prevista na Constituição).

**Direito de superfície** – O proprietário de imóvel que não tenha condições de atender ao plano diretor pode, por meio de contrato, ceder a outro particular o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo do seu terreno, por meio de escritura pública, sem perder a propriedade.

**Direito de preempção** – O município passa a ter preferência sobre os particulares na compra do imóvel à venda, respeitado o valor de mercado.

**Estudo de impacto de vizinhança** – Uma lei municipal deve definir os empreendimentos e atividades que dependerão desse estudo para obter as licenças ou autorizações para construção, ampliação ou funcionamento. A pesquisa, que não substitui o estudo de impacto ambiental, deve analisar:

- ✓ o aumento da população e a demanda por serviços públicos;
- ✓ o uso e a ocupação do solo;
- ✓ o tráfego a ser gerado e a demanda por transporte público;
- ✓ as conseqüências para o patrimônio cultural e natural;
- ✓ a opinião da população afetada.

Consulta popular pode ser:

**Referendo** - o resultado da votação apenas orienta a decisão dos governantes.

**Plebiscito** - o resultado da votação vale como decisão final.

## Como participar e contribuir com propostas

Para participar da elaboração do plano diretor, é preciso primeiro saber em qual das fases ele se encontra:

- 1 levantamento da realidade da cidade e de seus problemas;
- 2 definição de objetivos e métodos;
- 3 redação da proposta;
- 4 apreciação pela câmara municipal;
- 5 aprovado;
- 6 em revisão.

Feito isso, procure um movimento social, sindicato, associação profissional

ou de moradores. O Estatuto das Cidades ainda exige que a população seja consultada quando há decisões polêmicas a serem tomadas. A prefeitura deve realizar audiências públicas, debates, referendos e plebiscitos. Fique de olho.

Também é possível propor mudanças por meio de abaixo-assinado. O número de assinaturas necessário para que a câmara de vereadores seja obrigada a analisar a proposta deve constar das leis do município.

Outras formas de contribuir:

**Orçamento participativo** – Agora obrigatório, deve prever assembléias regionais para eleição dos delegados que decidirão pelos moradores como será gasto o dinheiro da prefeitura.

**Conselho de Habitação e Desenvolvimento Urbano** – Acompanha e fiscaliza se as medidas do plano diretor estão sendo cumpridas. Ele é formado por representantes da população e do poder público.

### Saiba mais

Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais  
Rua Araújo, 124  
Centro - São Paulo (SP)  
- CEP 01220-020  
(11) 2174-6800  
[www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)

Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
Largo Ibam, 1 - Humaitá  
Rio de Janeiro (RJ) - CEP 22271-070  
(21) 2537-7595  
[www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)

Estatuto das Cidades - Lei 10.257/01  
[www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm)